

# BOAS PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO NA RESPOSTA HUMANITÁRIA AO FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELA/BRASIL

**Realização:**



**Parceria:**

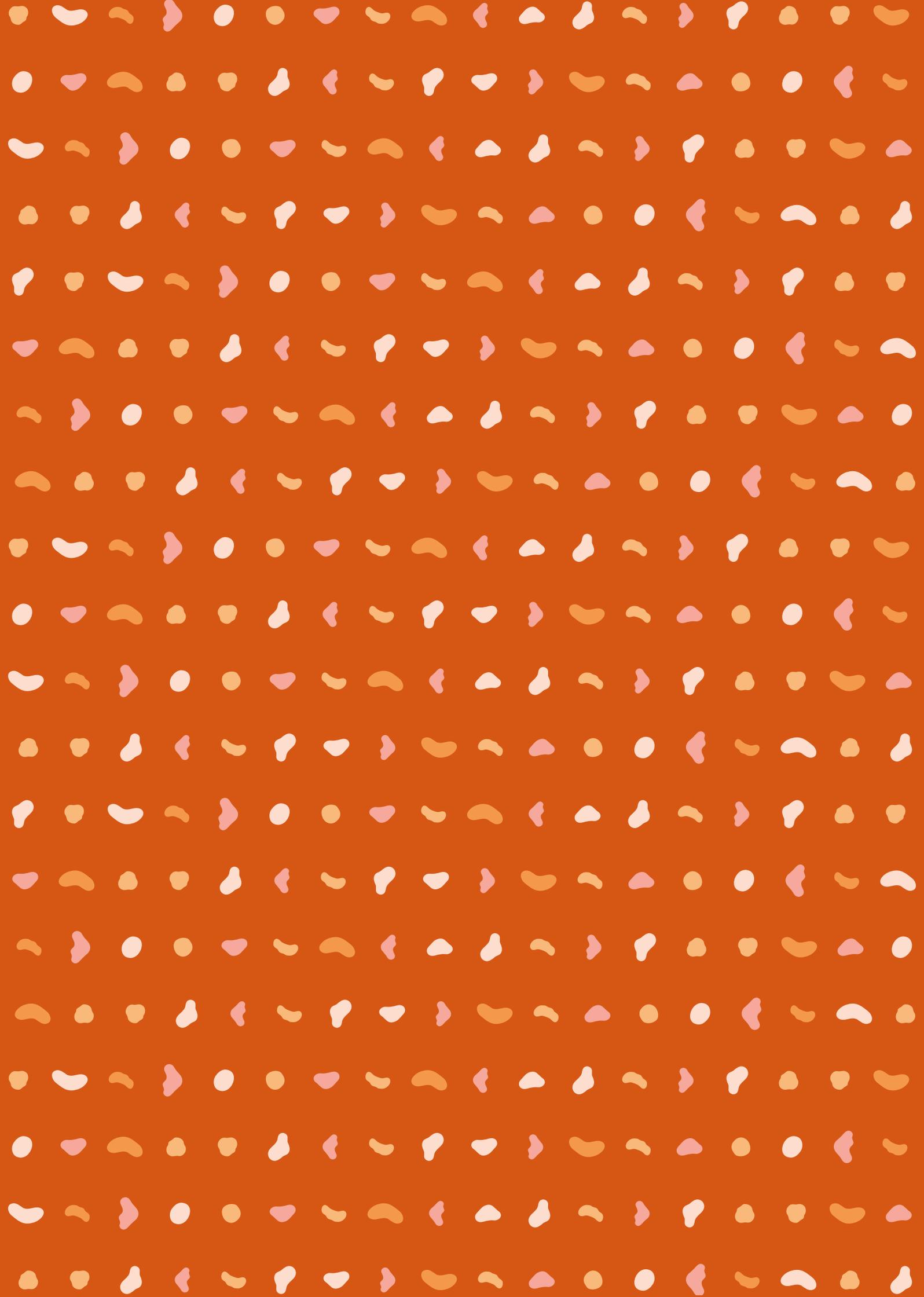


**Apoio:**

Programa Conjunto LEAP - Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção para mulheres migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas no Brasil

**LUXEMBOURG  
AID & DEVELOPMENT**





# **BOAS PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO NA RESPOSTA HUMANITÁRIA AO FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELA/BRASIL**

© 2021 ONU Mulheres. Todos os direitos reservados.

Este material, Relatório de Boas Práticas e Lições Aprendidas para a Igualdade de Gênero na Resposta Humanitária ao Fluxo Migratório Venezuela/Brasil, é parte dos materiais do programa LEAP | Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção para mulheres e meninas migrantes, solicitantes de refúgio, refugiadas e da comunidade de acolhida, do ACNUR, ONU Mulheres e UNFPA, com financiamento do Governo do Grão-Ducado de Luxemburgo. As opiniões e análises expressas nesta publicação são de responsabilidades individuais e não representam necessariamente as perspectivas oficiais da ONU Mulheres, das Nações Unidas ou de suas organizações vinculadas.

# Sumário

Lista de Siglas	5
1. Apresentação	6
2. Introdução	8
3. Apresentação dos atores participantes da avaliação	12
3.1 Histórico dos programas	12
4. Liderança e Participação	15
Boas Práticas	21
Lições aprendidas	21
História de vida da Estefânia	23
5. Segurança e Proteção	25
Boas práticas	32
Lições aprendidas	33
História de vida da Isabela	34
6. Bem-estar Econômico	36
Boas Práticas	43
Lições aprendidas	44
História de vida da Karina	45
7. Considerações Finais	47
História de vida da Ester	49
Apresentação Inesc e NUMUR	51

# Siglas

- ACNUR** | Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
- ADRA** | Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais
- ALV** | Associação de Luta pela Vida
- CBI** | Cash Based Intervention
- CICV** | Comitê Internacional da Cruz Vermelha
- CEPAL** | Comissão Econômica para a América Latina
- CEPPM** | Coordenação Estadual de Políticas para as Mulheres
- CHAME** | Centro Humanitário de Apoio à Mulher
- CMB** | Casa da Mulher Brasileira
- COOF ECS** | Cooperativa de Empreendimentos Solidários de Boa Vista
- DEAM** | Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher
- DPE/RR** | Defensoria Pública do Estado de Roraima
- FFHI** | Fraternidade Federação Humanitária Internacional
- LEAP** | Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção para mulheres e meninas migrantes, solicitantes de refúgio, refugiadas e da comunidade de acolhida
- IASC** | Inter-Agency Standing Committee
- IBGE** | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS** | Imposto sobre Circulação de mercadorias e Serviços
- INESC** | Instituto de Estudos Socioeconômicos
- LGBTQI+** | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti, Queer, Intersexuais +
- NUMUR** | Núcleo de Mulheres de Roraima
- ODS** | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OIM** | Organização Internacional de Migração
- ONU** | Organização das Nações Unidas
- OSC** | Organização da Sociedade Civil
- PEM/ALE-RR** | Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa de Roraima
- OBMigra** | Observatório das Migrações Internacionais
- PLPs** | Promotoras Legais Populares
- RAT** | UN Women Rapid Assessment Tool
- SENAC** | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- VGB** | Violência Baseada em Gênero

# 1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório é resultado do processo de avaliação da resposta humanitária à migração venezuelana, especificamente na fronteira entre Brasil e Venezuela, no que tange a igualdade de gênero. Tal processo foi construído em parceria entre o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e o Núcleo de Mulheres de Roraima (NUMUR), em projeto apoiado pela ONU Mulheres.

Para tal, foi utilizada como principal norteadora a Ferramenta de Avaliação Rápida (RAT, na sigla em inglês), instrumento global da ONU Mulheres de avaliação rápida da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres em contextos humanitários. Esta ferramenta se pauta pelo programa global da ONU Mulheres, o LEAP - Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção para mulheres migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas implementado no Brasil pela ONU Mulheres em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), e este instrumento baseia-se em seus três eixos temáticos: Liderança e Participação; Segurança e Bem-estar Econômico. A RAT preconiza que a avaliação da resposta humanitária seja feita por meio de três ferramentas principais: análise de documentos das organizações envolvidas, realização de entrevista seguindo questionário padrão referente aos três eixos e realização de grupos focais com mulheres migrantes atendidas pela resposta humanitária.

A RAT avalia indicadores correspondentes ao histórico dos programas, mais os eixos norteadores relativos à liderança e participação, segurança e bem-estar econômico como parte integrante das ações do LEAP. Mais à frente no item histórico dos programas detalha-se as questões que orientam cada eixo temático.

Para realização da avaliação em um contexto marcado pela pandemia da Covid-19, as perguntas apontadas pela RAT foram transformadas em questionário virtual, respondidos pelos distintos atores envolvidos na resposta humanitária. Preencheram o formulário nove agências da ONU e organizações da sociedade civil parceiras na ação humanitária; quatro órgãos públicos e três organizações locais da sociedade civil, totalizando dezesseis atores sociais. Contudo, duas organizações internacionais manifestaram não terem ações específicas de gênero, mas atuam em articulação e em conjunto com as demais agências no enfrentamento às desigualdades de gênero.

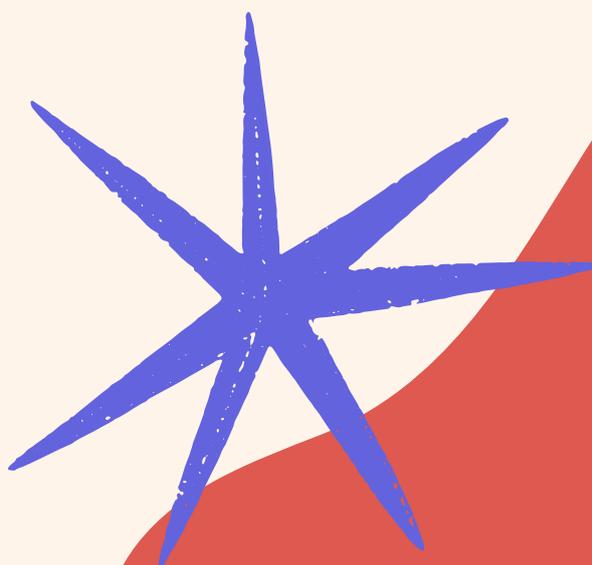
Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com esses atores, também de forma virtual, entre janeiro e março de 2021. Entre elas, dez entrevistas com as(os) representantes das agências e parceiros implementadores, entre fevereiro e março de 2021,

três entrevistas com o Poder Público e três entrevistas com a sociedade civil organizada (OSC) local, a saber: Núcleo de Mulheres de Roraima – NUMUR; Cooperativa de Empreendimentos Solidários – COOFECS e Associação de Luta Pela Vida – ALV (atual Grupo Sabá).

Contribuíram, ainda, nesta avaliação, as protagonistas da ação humanitária – as mulheres migrantes e refugiadas –, dos processos de deslocamentos, por meio de grupos focais realizados virtualmente: dois grupos de mulheres interiorizadas em diferentes estados do país; dois grupos de mulheres residentes em casas alugadas na cidade de Boa Vista e um grupo de mulheres abrigadas, além de duas entrevistas individuais, com indígenas da etnia Warao, contabilizando a participação de quarenta e duas mulheres. Portanto, dar-se-á destaque às vozes dessas mulheres ao longo do texto. A seleção do público para a coleta de dados foi feita pela equipe local da ONU Mulheres em Boa Vista e a conversa foi conduzida tendo como base os três eixos do LEAP.

A pesquisa também contou com histórias de vida de sete mulheres migrantes e refugiadas que ilustram situações vivenciadas no processo de deslocamentos e na migração de modo geral, construídas por meio de entrevistas semiestruturadas, em profundidade. Os nomes são fictícios para proteger o anonimato das mulheres e o texto final foi aprovado por elas. Destas sete histórias, quatro estão no corpo do relatório.

A metodologia envolveu, por fim, uso de dados secundários a partir de pesquisa bibliográfica e documental para complementar a avaliação e sistematização do trabalho executado no âmbito da resposta humanitária ao fluxo migratório venezuelano no estado de Roraima, para analisar em que medida a resposta trabalha com o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero.



## 2. INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado por grandes transformações na vida das mulheres, sendo inúmeros os fatores que contribuíram para seus processos de empoderamento. Ainda assim, as desigualdades de gênero persistem em todos os campos da sociedade brasileira e do mundo, o que requer um trabalho consistente para o seu enfrentamento, especialmente em contextos de emergência humanitária, como na resposta ao fluxo migratório massivo proveniente da Venezuela. Mesmo com a sinalização de conquistas no campo dos direitos, as mulheres seguem marginalizadas do sistema socioeconômico, político e cultural, em especial as que carregam em seus corpos outros marcadores para além da migração: as negras, as indígenas, as com deficiência, as trans, as quilombolas, as lésbicas, as periféricas etc.

No âmbito econômico, mesmo com maior acesso ao trabalho formal, as mulheres seguem em profissões mais precárias, com menores rendimentos e de baixo reconhecimento social, a exemplo do trabalho doméstico. Assim, além de serem as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos, das filhas e familiares<sup>1</sup>, as alternativas que se apresentam, particularmente para as migrantes, estão nesse campo (diárias, faxina, limpeza, cuidado de crianças, idosos, doentes etc.), e de forma precarizada, pois, inúmeras não tem registros em carteira de trabalho e acabam alijadas de direitos trabalhistas. Outras recorrem ao sexo por sobrevivência como única alternativa de produzir a vida.

Outro fator da persistência das desigualdades no Brasil é a violência contra as mulheres. Na pandemia, pelo menos 1005 mulheres foram assassinadas entre março e dezembro de 2020, cerca de três assassinatos por dia. Roraima<sup>2</sup> figura entre os mais letais do país. No Brasil, os estados que apresentaram as maiores taxas são Mato Grosso com 3,56 e Roraima com 2,95 assassinatos para cada 100 mil mulheres, ambos com o triplo da média dos

---

1 Em 2001, as mulheres dedicavam 28,7 horas semanais aos afazeres domésticos, em 2015, eram 24,4 horas semanais, enquanto os homens dedicam em média 11,5 horas semanais para o total das famílias. Homens em arranjos unipessoais se dedicavam em torno de 15 horas semanais (CAVENAGHI e ALVES, 2018, p. 10 e 86). Elas continuam também sendo as principais responsáveis pelo cuidado das crianças, familiares, idosos(as), pessoas com deficiência, doentes etc., na chamada economia do cuidado. A título de ilustração, em 2007, segundo o IBGE, em 89,1% dos divórcios a responsabilidade pela guarda dos(as) filhos(as) foi concedida às mulheres. Logo, constata-se que o tempo das mulheres é reduzido para ampliar suas capacidades, e a efetividade da igualdade de oportunidades é algo distante.

2 Segundo Atlas da Violência 2020. “Quanto à variação das taxas entre 2017 e 2018, enquanto 24 UFs apresentaram diminuição neste indicador, dois estados sofreram aumento inferior a 10%, observando-se aumento substancial dos homicídios no estado de Roraima (acima de 51,0%). Além disso, vale destacar que seis UFs apresentaram redução de mais de 20% em relação ao ano anterior” (IPEA, 2020, p. 15).

24 estados e do Distrito Federal<sup>3</sup>.

Conforme relatório de atendimentos da Casa da Mulher Brasileira (CMB) em Boa Vista, foram realizados 6.441 registros no período entre 2019 e 2020, o que representa quase nove atendimentos por dia, relacionados a algum tipo de violência contra as mulheres: assédio moral, cárcere privado, violência psicológica, patrimonial, física e sexual. Destes atendimentos, 3.745 foram de brasileiras e 711 de venezuelanas.

Segundo dados da ONU (2020), o número de pessoas que vivem fora de seus países de origem corresponde a 281 milhões de pessoas. Ao final de 2020, estimava-se que mais de 5,4 milhões de venezuelanos haviam deixado o seu país de origem<sup>4</sup>. Segundo informe de ordenamento de fronteira da Operação Acolhida<sup>5</sup> (abril de 2021): mais de 265 mil migrantes e refugiados venezuelanos solicitaram regularização migratória no país, mais de 890 mil atendimentos realizados na fronteira (Brasil e Venezuela). Conforme dados da Polícia Federal, o país recebeu 82.552 pedidos de solicitação de refúgio em 2019. Destes, 53.713 eram de venezuelanos(as), sendo 26.026 de mulheres, 27.678 de homens e 9 não informados, constatando a quase paridade entre homens e mulheres nos processos de deslocamentos de venezuelanas e venezuelanos (Migração em Números, 2020).

O estado de Roraima é a principal porta de entrada de venezuelanos no Brasil e estima-se que a presença venezuelana seja ainda maior, pois muitas pessoas continuam adentrando ao país mesmo nos períodos em que a fronteira se encontrou fechada, como aconteceu em 2019 por questões políticas e a partir de março de 2020 por conta da pandemia da Covid-19.

Com o fechamento da fronteira alguns serviços de regulação de documentos ficam restritos, o que faz com que as mulheres migrantes não consigam acessar outros direitos básicos, como o trabalho formal ou a educação, situação ressaltada pelas mulheres abrigadas que participaram de um dos grupos focais e que majoritariamente haviam cruzado a fronteira recentemente e por rotas clandestinas, uma vez que se encontrava fechada.

---

3 <https://projetcollabora.com.br/ods5/na-pandemia-tres-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-por-dia/>

4 <https://www.acnur.org/portugues/venezuela/>

5 Operação Acolhida - Em 2018, foi editada a Medida Provisória nº 820/2018, posteriormente convertida na Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018. Essa lei dispõe sobre ações de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, aplicando-se especialmente ao caso dos migrantes e refugiados venezuelanos. <https://www.gov.br/acolhida/base-%20legal/#:~:text=Com%20o%20in%C3%ADcio%20do%20novo,coordenador%20Operacional%20Local%20fora%20m%20mantidos.>

Há um percentual de pessoas indocumentadas que terminam por não conseguir se qualificar ou trabalhar, ademais, enfrentam a baixa capacidade de absorção pela economia local, que está centrada no setor público. Somam-se às dificuldades de encontrar postos de trabalho ainda a precarização das funções e a ausência de garantias trabalhistas, além da ausência de rede de apoio para cuidado dos filhos e a xenofobia por parte dos empregadores e da própria comunidade de acolhida.

A xenofobia em relação aos venezuelanos e venezuelanas é vivida de forma cotidiana no Estado, incluindo discursos que atribuem as taxas de desemprego local à presença das e dos migrantes. É, portanto, importante ressaltar que a migração venezuelana mudou significativamente o panorama econômico de Roraima. Entre 2016 e 2017, assistiu-se ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2,3%, enquanto a média de outros estados foi de apenas 1,4%. Fruto do crescimento em diversas áreas da economia, mas com destaque para o comércio e as exportações, que elevaram para 25% a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre o final de 2018 e primeiro semestre de 2019, deixando um saldo fiscal positivo, realidade não observável em outros estados do Brasil (FGV, 2020). Esses dados permitem desconstruir as narrativas xenofóbicas relativas à presença venezuelana, ainda que as taxas de desemprego no Estado estejam se agravando em decorrência da crise econômica vivida no país desde 2018 e ainda mais afetadas pela pandemia.

Também é sabido que a população migrante contribui direta e indiretamente na economia local, são gerados empregos para profissionais atuarem diretamente na ação humanitária (abrigos, ocupações espontâneas, espaços cedidos, pontos locativos, postos de recepção, atenção e triagem); presença de assistentes de proteção, coordenadoras(es), administradoras(es), contadoras(es), equipes médicas e profissionais de saúde; fornecedores de alimentação e de uma rede de produtos que são diariamente distribuídos em diferentes pontos da cidade, entre outras possibilidades. Ademais, várias organizações ainda fornecem assistência financeira (CBI, na sigla em inglês) em diferentes modalidades para pessoas com diversos perfis.

Além disso, para mitigar os efeitos do fluxo migratório massivo no Estado, a Operação Acolhida, em conjunto com as agências da ONU, organizações do poder público e sociedade civil implementaram a estratégia de interiorização da população migrante, que é a realocação voluntária em outros estados da federação. Por meio dessa estratégia, mais de 50 mil venezuelanos e venezuelanas foram interiorizados desde abril de 2018 até março de 2021<sup>6</sup>, com base em quatro condicionalidades: a) realocação em abrigos de outras cidades; b) reagrupamento familiar; c) reunião social; e d) vaga de emprego garantida.

---

6 <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>

Para que as desigualdades de gênero na resposta humanitária sejam efetivamente enfrentadas, faz-se necessário levar em conta todo este contexto, enxergando-as em seu caráter estrutural e multidimensional, além de interseccional com outras assimetrias, tais como as de raça/etnia e classe social. É a partir destes pressupostos que a presente avaliação foi construída, considerando, portanto, que a ressaltada situação de vulnerabilidade das mulheres venezuelanas se agrava de forma considerável o já difícil contexto de desigualdade de gênero no país.



## 3. APRESENTAÇÃO DOS ATORES PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO

Para realização desta avaliação foram coletadas informações, de acordo com a metodologia da RAT, dos seguintes atores partícipes da resposta humanitária em Roraima: Organizações locais, nacionais e internacionais – Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais – ADRA; Exército da Salvação; Fraternidade - Federação Humanitária Internacional - FFHI; Associação Voluntários para o Serviço Internacional Brasil - AVSI; Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados – SJMR. E agências da Organização das Nações Unidas – ONU: Agência da ONU para Refugiados – ACNUR; Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF; Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA; Organização Internacional de Migração – OIM; Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS

Poder Público - Coordenação Estadual de Políticas para as Mulheres – CEPPM, da Secretaria Estadual de Trabalho e Bem-Estar Social – SETRABES, responsável pela Casa da Mulher Brasileira – CMB; Defensoria Pública do Estado de Roraima – DPE/RR; Procuradoria Especial da Mulher, da Assembleia Legislativa de Roraima – PEM/ALE-RR e responsável pelo CHAME – Centro Humanitário de Apoio à Mulher, pelo Núcleo de Prevenção, Promoção e Atendimento às Mulheres Vítimas de Tráfico de Pessoas e pelo Núcleo Reflexivo Reconstruir e, a Delegacia Estadual de Atendimento à Mulher – DEAM.

Organizações da Sociedade Civil (OSC) - Núcleo de Mulheres de Roraima – NUMUR; Cooperativa de Empreendimentos Solidários – COOF ECS; Associação de Luta Pela Vida – ALV (atual Grupo Sabá).

### 3.1 Histórico dos programas

Este tópico trata especialmente do trabalho realizado pelo primeiro grupo de atores: as agências e parceiros implementadores envolvidos na resposta humanitária. Leva-se também em conta a importância das informações de gênero no poder público local e seus desdobramentos na implementação das políticas públicas junto a mulheres e meninas migrantes. A análise parte da Ferramenta de Avaliação Rápida da ONU Mulheres<sup>7</sup>.

---

7 [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/04/leap\\_avaliacao.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/04/leap_avaliacao.pdf)

O primeiro requisito proposto na ferramenta é a verificação se o histórico do programa tem uma tendência transformativa de gênero. No caso do Brasil, a Ferramenta de Avaliação Rápida se propõe a examinar a resposta humanitária como um todo. No que diz respeito às agências e parceiros implementadores, nota-se a importância atribuída aos dados desagregados por gênero. A segunda seção avalia a participação e liderança das mulheres migrantes e refugiadas nos aspectos relacionados à consultas, monitoramento, mecanismos de feedback, confidencialidade, sensibilização dos membros da comunidade, objetivos, entre outras. A terceira seção averigua os indicadores de segurança e proteção, considerando as diretrizes e eficácia na mitigação de riscos de violência baseada em gênero, treinamentos das equipes, encaminhamentos de casos, atendimento psicossocial e segurança no atendimento e no acesso à rede de serviços. A quarta e última seção corresponde ao tema bem-estar econômico que examina a contratação de mulheres nos programas, conclusão e aprovação nos cursos de treinamentos para geração de renda; se meninas e mulheres acessam o mercado com segurança e se elas têm poder de tomada de decisão sobre os ativos produtivos e despesas. Em outras palavras, o tratamento dado aos projetos e aos documentos das organizações revela, a priori, que a questão de gênero é de fato considerada relevante no cotidiano da ação humanitária.

No que tange às ações das agências da ONU e dos parceiros implementadores da resposta humanitária, considera-se que os programas são transformativos de gênero<sup>8</sup>, havendo preocupação com a desagregação de dados por gênero e, na maior parte das vezes, em descrever os obstáculos à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres. Vale ressaltar que algumas das organizações afirmam ser esse um esforço ainda em desenvolvimento.

As entrevistas levadas a cabo ao longo da avaliação apontam para a necessidade de aprofundar as formações teóricas e práticas em relação ao enfrentamento à desigualdade de gênero, já que mesmo programas voltados especificamente para o tema por vezes partem de concepções hegemônicas<sup>9</sup>, por exemplo, do homem como sujeito universal, idealizado como provedor, herói, valente, forte em contraposição as mulheres “cuidadoras”, protetoras, frágeis, etc, colocando-as à margem, numa dinâmica de organização social hierarquizada, onde homens seguem no topo e as mulheres na base.

De modo geral há esforço conjunto para o alcance da igualdade de gênero, por parte dos atores implementadores de ações no contexto humanitário da fronteira Brasil e Venezuela, pois, trabalham com informações desagregadas de gênero e idade, consideram as ne-

---

8 Avaliar em que medida a elaboração de um programa e os processos e sistemas de implementação são transformadores de gênero é diferente de avaliar se um programa é transformador de gênero como resultado dos efeitos pretendidos. Uma avaliação dos efeitos pretendidos exigiria uma análise mais aprofundada e só seria aplicável a programas que tivessem como objetivo ser transformadores de gênero. Isso limitaria a amplitude dos programas aos quais a ferramenta RAT seria aplicável.

9 Pensamento, ideias concebidas como predominantes, superiores segundo Antônio Gramsci é a maneira como o poder é exercido não só através de um conjunto de instituições políticas, mas também por meio da cultura.

cessidades, capacidades e preferências da comunidade atendida, capacitam suas equipes e implementam ações para a igualdade; porém duas organizações não trazem em seus documentos e protocolos informações, sobre os principais obstáculos à igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, revelando uma “brecha” na resposta humanitária, fissura que precisa ser sanada para avançar rumo a igualdade de gênero.

Chama a atenção a necessidade de efetivação da paridade de gênero nas equipes de trabalho em campo, ponto avaliado negativamente na RAT, pois das nove agências e organizações implementadoras participantes da pesquisa, seis disseram que não tem equilíbrio de gênero nas equipes (se composta igualmente de mulheres e homens) nessa seção por esse grupo de *atores*.

Contudo, não foi possível identificar se a maioria são de mulheres ou de homens no programa. Mas, pode-se levantar algumas hipóteses: se a maioria são mulheres, tem-se a aplicação da chamada “discriminação positiva”, ou estamos diante da reprodução da divisão sexual do trabalho ainda com o seu olhar voltado à lógica *care politic*? Ademais, precisa verificar se as mulheres efetivamente ocupam cargos e funções de maior valorização e reconhecimento, de mais poder nas agências e organizações. De todo modo, identificou-se que não há paridade nos programas, o que exige pesquisas mais detalhadas.

Por fim, faz-se necessário destacar que duas das organizações parceiras procuradas não se disponibilizaram a participar do processo de avaliação por não reconhecerem que suas ações são especificamente voltadas para o enfrentamento das desigualdades de gênero, ainda que seu trabalho se realize em contato direto com mulheres, homens, meninos e meninas migrantes.

Porém, vale registrar que o trabalho para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres acontece de forma transversal e interseccionada na ação humanitária, portanto, não há necessidade de um projeto específico em gênero para reconhecer as assimetrias entre os sexos. Ademais, os atores elencados são promotores da Agenda 2030: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), cujo ODS-05 trata da igualdade de gênero.

O poder público, de modo geral, esforça-se para viabilizar uma política transformativa de gênero, porém ainda enfrentam obstáculos estruturais e culturais enraizados na própria formação do Estado, tais como clientelismo, patrimonialismo, burocratização dos procedimentos, ausência de accountability, cortes orçamentários, entre outros.

A sociedade civil também se vê diante de desafios estruturais e culturais (racismo, machismo, sexismo etc.), contudo, tem investido na construção de um pensamento decolonial, a exemplo do bem viver e sabe que para avançar a igualdade de gênero na região é necessário considerar as várias perspectivas dos feminismos: o negro, o indígena, o popular, o comunitário, ou seja, é preciso olhar para a diversidade de mulheres latinas e caribenhas.

## 4. LIDERANÇA E PARTICIPAÇÃO

As iniciativas que visam estimular a participação e liderança de mulheres devem levar em conta as ideias-força constituintes das democracias liberais, preconizadas nos discursos da meritocracia, hedonismo, individualismo, livre concorrência, entre outras, que se agravam com as políticas de austeridade e de esvaziamento dos espaços de participação, como o encerramento de conselhos. Trata-se de questões que não podem ficar às margens e se colocam como desafios permanentes para alcançar a igualdade de gênero e o efetivo empoderamento das mulheres.

De forma geral, os atores afirmam haver dificuldades no estímulo à liderança e participação feminina na resposta humanitária, especialmente em decorrência da sobrecarga das mulheres com as tarefas de cuidado com as crianças e com a casa. Ressaltam que em boa parte das famílias migrantes monoparentais<sup>10</sup> são mulheres as chefes de família, o que implica em pouco tempo livre para realização de atividades de participação nas decisões, gestão e organização dos abrigos (Box 1).

### Box 1:

#### [Grupos Focais] Participação, autonomia e tutela

Quando questionadas sobre sua participação nos espaços de acolhimento humanitário, a maioria das mulheres que participaram dos grupos focais relatou que se sente apenas parcialmente incluída nas esferas de decisão. A questão da língua aqui aparece como um primeiro impeditivo, o que se repete, sobretudo quando chegam no país, em relação ao acesso geral aos direitos básicos e equipamentos públicos. De todo modo, grande parte delas relatou que sua participação nos espaços de acolhimento - em especial no abrigos - esteve atrelada ao envolvimento direto nas atividades coletivas destes espaços, como a preparação de alimentos e a manutenção dos espaços de uso comum.

10 Aquelas chefiadas por mulheres com filhos(as) e sem companheiros, também chamada de mãe solo.

Neste mesmo contexto, todavia, algumas mulheres relataram que sentiram que sua autonomia foi tolhida pela tutela exercida pelas instituições de ajuda humanitária. Afirmaram que se sentiam constrangidas a permanecer durante longos períodos no abrigo e participar integralmente das atividades de manutenção do espaço. Tal constrangimento se apresentava às mulheres que saíam dos abrigos por longos períodos para buscar trabalho ou participar de cursos de capacitação. A partir do controle dos horários de entrada e saída do abrigo, da participação nas refeições e outras atividades cotidianas, as equipes de gestão de tais espaços insinuavam que a ausência das mulheres indicaria que elas não necessitavam de fato do acolhimento.

No caso da população LGBTQI+, em especial as mulheres trans, outras vulnerabilidades se destacam, como o enfrentamento à discriminação e homofobia por parte da população local e dentro da própria comunidade migrante (Box 2), assim, como defrontam-se com maiores dificuldades para acessar postos de trabalhos formais e não precarizados. Outro obstáculo ressaltado, diz respeito à dinâmica de interiorização: como a manutenção de laços, vínculos locais e redes construídas entre as mulheres no decorrer do fluxo migratório. No primeiro ano de realocação, entre 2018 e 2019, verificou-se uma maior inserção de homens<sup>11</sup>, enquanto as esposas/companheiras e filhos(as) ficaram para trás. Nesse processo de distanciamento<sup>12</sup> muitos homens constituíram outras famílias, no novo lugar de destino, e as mulheres se viram desassistidas por parte de companheiros e parceiros íntimos e sozinhas para prover suas necessidades e de seus filhos e filhas.



---

11 Segundo dados disponíveis no site do Ministério da Cidadania (<http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/03/Informe-de-Interioriza%C3%A7%C3%A3o--Dezembro-de-2019.pdf>), a única modalidade de interiorização que tinha mais mulheres do que homens é a de reunificação familiar, o que mostra ainda uma dependência das mulheres frente aos homens, já que elas só são interiorizadas pela reunificação familiar quando o companheiro ou marido (em caso de casais hetero) consegue demonstrar que está estável financeiramente.

12 De maneira informal, muitas pessoas que atuam nos abrigos nomeiam esse processo de feminização dos abrigos. Mesmo quando o homem não cria outra família, muitas vezes ele é interiorizado sozinho, deixando a mulher com os filhos em RR por um tempo, até se estabilizar financeiramente.

**Box 2:****[Grupos Focais] População LGBTQI+: Discriminação e participação ativa**

Mulheres que fazem parte da população LGBTQI+ ou possuem familiares desta comunidade relataram durante os grupos focais situações de discriminação e violência contra esse grupo. Seja nas ruas de Boa Vista ou nos espaços de abrigamento, as manifestações de preconceito partiam tanto de outros migrantes venezuelanos, quanto de brasileiros em geral e agentes envolvidos diretamente no acolhimento humanitário. Entretanto, formações sobre Direitos Humanos e, em particular, sobre os direitos das mulheres e das/os LGBTQI+, foram relatadas como essenciais para promover uma maior articulação desta comunidade. Essa articulação se mostrou profícua em particular dentro dos abrigos, garantindo mais participação direta na gestão e no cotidiano desses espaços.

No entanto, apesar das dificuldades encontradas, os atores foram enfáticos ao ressaltar que a liderança das mulheres (trans e cis) é parte importante da vida nos abrigos e fundamental para a construção de comunidades e resiliência entre as e os migrantes. Lideranças de mulheres foram ressaltadas como preponderantes na continuidade dos projetos e na construção de redes de solidariedade dentro e fora dos abrigos (Box 3). Também é importante mencionar que as mulheres são ativas e lideram processos auto organizativos nas ocupações espontâneas, atualmente têm-se na cidade de Boa Vista onze micro ocupações e todas elas são lideradas por mulheres.

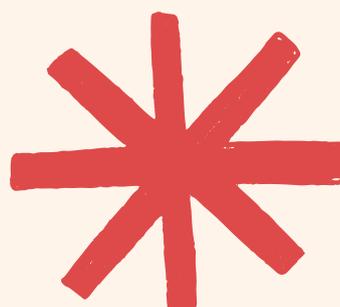
**Box 3:****[Grupos Focais] Ocupações espontâneas, liderança indígena e participação**

Além dos abrigos, há em Boa Vista uma série de ocupações espontâneas onde, em diferentes graus de intensidade, observa-se a autorganização dos/as migrantes com papel de protagonismo das mulheres nos papéis de liderança comunitária.

A ocupação Ka'Ubanoko, despejada por ordem judicial entre outubro de 2020 e janeiro de 2021, foi mencionada em diversas falas durante os grupos focais e entrevistas complementares. Para algumas mulheres, o fim da ocupação se apresenta como um momento de ruptura de laços sociais, sendo inclusive alguns deles diretamente responsáveis por garantir subsistência através de grupos de produção coletiva de artesanato. Mulheres que foram transferidas do Ka'Ubanoko para abrigos relataram uma perda também de autonomia, na medida em que na ocupação conseguiam participar de forma mais ativa e direta das decisões coletivas, levando suas demandas de forma organizada para as instituições de acolhimento humanitário. No caso das mulheres indígenas, esta fala é ainda mais presente, uma vez que a transferência para os abrigos significou a perda das estruturas tradicionais de organização de suas etnias.

Apesar dos desafios apontados nesta introdução da seção, observou-se que, de modo geral, as ações implementadas pelas agências na resposta humanitária são transformativas de gênero, havendo participação das mulheres no planejamento, elaboração e monitoramento das ações desenvolvidas, sendo que, das nove agências e parceiros implementadores, oito relatam que mulheres e meninas foram consultadas durante o processo de planejamento e elaboração das ações. Das nove participantes, sete citam que as mulheres e meninas são consultadas regularmente como parte das medidas de monitoramento contínuas, de forma segura e digna. Um ponto muito positivo para a constituição de lideranças femininas.

E que estão garantidos parcialmente o acesso a espaços seguros e de coesão (Box 4) para mulheres e meninas, como os comitês, as atividades de encontros para discussão de temáticas de gênero, violência baseada em gênero e saúde. Há também a preocupação parcial com atividades de sensibilização com a comunidade em geral visando a estimular a participação e liderança de mulheres.



**Box 2:**

**[Grupos Focais] Espaços de fala e de escuta**

Foi destacado por algumas das participantes dos grupos focais a importância dos espaços coletivos de fala e escuta, como as rodas de conversa e o próprio grupo focal. Elas relataram que dividir as experiências com outras mulheres migrantes, que compartilham uma trajetória semelhante às suas, gera um sentimento de empoderamento individual e coletivo.

As organizações consideram o feedback das migrantes na avaliação e reformulação de seus programas e há a sensação de que as mulheres se sentem partícipes das decisões de suas comunidades. Contudo, é importante implantar bases de dados levando em consideração marcadores de gênero, idade, etnia/raça e orientação sexual, nas organizações que ainda não tem esse instrumento.

Dos quatro setores do poder público participantes da pesquisa, três ofertam serviços por meio de políticas públicas universais e um setor tem projetos vinculados à Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Nas entrevistas percebeu-se que esses mecanismos ainda não veem a e/ou o migrante como sujeito de direitos, mas como uma assistida ou assistido e beneficiária ou beneficiário de um serviço. Muitas vezes, a participação é dada como certa, ainda que as experiências das mulheres estejam sendo marginalizadas, subvalorizadas ou ignoradas, pois participação implica efetivamente em controle social, transparência e poder de decisão compartilhado. Somente a CMB tem espaços institucionais de participação, como foi o Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, realizado em 2019, e a Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres; a Defensoria Pública do estado de Roraima não possui a ouvidoria externa; e a Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa também não apresenta mecanismos que viabilizem a participação.

No que tange às organizações da sociedade civil, é visível a carência de estrutura para o desempenho de atividades junto a mulheres, migrantes ou nacionais. Apesar de todas as limitações enfrentadas, as instituições participantes cumpriram com razoável margem de êxito suas atividades junto às migrantes (Box 5), a exemplo do Núcleo de Mulheres de Roraima (NUMUR) com a formação de 34 promotoras legais populares (PLPs) entre mulheres brasileiras e venezuelanas, o curso "Costurando sonhos" promovido pela cooperativa de empreendimentos solidários de Boa Vista (COOF ECS), às ações de solidariedade do grupo Sabá.

**Box 2:****[Grupos Focais] Alguns obstáculos concretos para uma participação ativa**

Nos grupos focais, muitas mulheres relataram algumas dificuldades concretas que impedem sua participação efetiva não apenas nas atividades de formação, mas também nos cursos de qualificação e no acesso a outros serviços e direitos. O transporte urbano aparece como um destes impeditivos concretos. Algumas mulheres relataram, por exemplo, a falta de acesso ao transporte coletivo de Boa Vista, por conta da tarifa, como um obstáculo para a busca de emprego e a participação em cursos de formação. O uso de bicicletas e as longas caminhadas foram mencionadas como alternativas, porém que excluem especialmente as mulheres com filhos pequenos ou com mobilidade limitada. Famílias compostas exclusivamente por mulheres e seus filhos/as relataram também maiores dificuldades de participação. A falta de creches e/ou outros espaços de acolhimento para crianças revelou-se um impeditivo grave para que essas mães tivessem acesso ao emprego e à busca por trabalho. Esse problema foi citado também em relação aos cursos de capacitação e formação, que nem sempre aceitam a presença de crianças em seus espaços nem oferecem qualquer tipo de alternativa para essas mães.

Vale frisar que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) locais atuam na incidência política nos poucos espaços de participação, como foi o Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas e a Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher. Contudo, as partícipes não têm acento nos espaços organizativos da Operação Acolhida, responsável pela ação humanitária em Boa Vista e Pacaraima/RR.

Todavia, vale acrescentar que algumas lacunas ainda precisam ser sanadas, seja no intuito de proporcionar uma maior participação das migrantes nas tomadas de decisão nos programas e estratégias, seja adaptando estes com base no feedback desse público, seja concebendo o programa a partir da avaliação das necessidades específicas das mulheres e a mitigação dos riscos associados ao contexto migratório, seja no regular monitoramento da eficácia dessas medidas de mitigação. Isso se faz necessário para que os objetivos pretendidos possam de fato promover inclusão, autonomia e liberdade, capacitando as migrantes para atuarem como protagonistas de suas próprias histórias.



## Boas Práticas

- A participação das mulheres nos comitês dos abrigos<sup>13</sup>, especialmente de saúde, distribuição e limpeza foi reconhecida pelas mulheres dos grupos focais e representantes das agências e parceiros como relevantes. Pois buscam responder às demandas das beneficiárias(os) no seu dia a dia e contam com a presença ativa das mulheres nos processos de tomada de decisões. São espaços legitimados pelas refugiadas e migrantes e têm capacidade de expansão, como por exemplo, a criação dos comitês orçamentários.
- A experiência com a formação de mulheres Promotoras Legais Populares (PLPs)<sup>14</sup>, se mostrou relevante, na medida em que estimulou o contato e a articulação entre a comunidade migrante e as organizações da sociedade civil local, destacando-se a construção de laços perenes pessoais e comunitários, tendo efeito no enfrentamento à xenofobia entre a população Boavistense. Iniciativas que apostam na construção de redes entre mulheres resultaram na construção mais sólida de lideranças e da participação feminina. A consolidação de uma articulação entre as migrantes implica tanto em fortalecimento individual como da comunidade migrante no geral.



## Lições aprendidas

- Quando se considera a relevância de protagonismo das próprias mulheres, as ações desenvolvidas no contexto humanitário evidenciam que os obstáculos de gênero também podem ser enfrentados pelas próprias migrantes venezuelanas. Mas, para que isso ocorra, é necessário a implementação de práticas sistemáticas de sensibilização, de compartilhamento de narrativas positivas de gênero, de sororidade e solidariedade entre mulheres para que a solução de inúmeros problemas seja encontrada de forma coletiva, estimulando assim o exercício da autonomia, algo tão caro para as mulheres, sobretudo em experiências migratórias.

---

13 Nos abrigos organizam-se comitês como mecanismos de participação. Alguns deles são: Comitê de segurança e convivência, saúde, educação, alimentação/cozinha, logística, meios de vida, pessoas com necessidades especiais, mulheres, esportes e adultas e adultos maiores. Porém, cada abrigo tem suas particularidades e prioridades, logo, não significa que tenham todos os comitês, mas, somente aqueles em que a comunidade vai se envolvendo e organizando.

14 O curso de Promotoras Legais Populares (PLP's) foi uma realização do NUMUR, UNFPA e INESC, com o objetivo de estimular e criar condições para que as mulheres conheçam seus direitos, leis e mecanismos jurídicos de acesso; conhecer as políticas públicas na área de enfrentamento e atendimento à violência contra as mulheres e os serviços; possibilitar habilidades para lidar com situações de violência contra as mulheres, encaminhando ou acompanhando-as.

- A maior participação das mulheres não é, em si, garantia de maior atenção às questões de gênero ou aos interesses das mulheres, além disso, a estrutura do setor público segue centralizada com poucos e frágeis mecanismos de controle social, transparência e poder de decisão compartilhado, logo, a participação das mulheres pode tornar-se “figurativa”.
- Ações no contexto humanitário precisam ser feitas de forma coordenada e intersetorial (organizações humanitárias, poder público, sociedade civil e população migrante). Apesar das emergências requererem atitudes rápidas, que nem sempre permitem a coordenação, é preciso ter isso como orientação permanente no contexto migratório. Também é fundamental propiciar e fomentar espaços comunitários, não só prover abrigo e comida, mas continuar no fortalecimento e aperfeiçoamento das redes de lideranças e de microgrupos, porque é possível coexistência pacífica entre migrantes, refugiadas e população local.
- Trabalhar com as populações indígenas (mulheres) demanda tempo, aproximação, e uma abordagem construída com antecedência, com planejamento e que seja culturalmente sensível, além de conhecimento especializado sobre as comunidades envolvidas, de forma que as desigualdades de gênero dessas populações não sejam enfrentadas com racismo e etnocentrismo.



# HISTÓRIA DE VIDA DA ESTEFÂNIA

San Fernando de Apure é um pequeno município da Venezuela conhecido como “a cidade da esperança”. É lá que, no início da década de 80, nasceu Estefânia. Rindo, enquanto faz as unhas dos pés para que ganhem as mesmas cores vibrantes das que exibe nas mãos, ela fala que o povo de San Fernando é muito bonito e tem um bom coração. Ao contar sobre suas experiências no Brasil, ela consulta o manicure e amigo, também venezuelano, que lhe ajuda a resgatar na memória os detalhes de cada data e lugar.

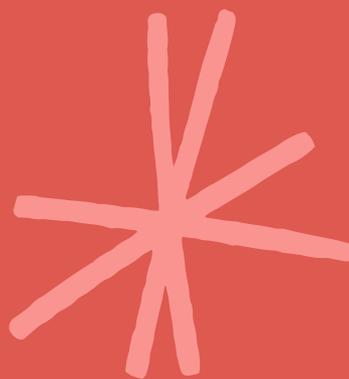
Quando chegou a Roraima, quatro anos atrás, Estefânia se sentiu estranha e confusa. Felizmente, uma amiga - que já se foi e de quem ela se lembra com muito carinho - a ajudou nos primeiros meses, hospedando-a em sua casa. Estefânia conta que precisou ter paciência para se adaptar à nova vida no Brasil, pois as condições de sobrevivência na Venezuela tinham se deteriorado muito. Lá ela teve de trabalhar na rua, mas o dinheiro que ganhava já não era o suficiente para pagar sequer sua alimentação. Além disso, Estefânia relata com tristeza o aumento nos episódios de violência contra as mulheres e a população LGBTQI+ em seu país.

Estefânia morou durante um ano e meio em um abrigo administrado pelo Exército Brasileiro, onde dividia o espaço com mais de outros 400 migrantes venezuelanos. Ela avalia que foi uma experiência positiva, pois teve a oportunidade de fazer muitos cursos e tomar um papel ativo de liderança junto a sua comunidade. Entretanto, no abrigo ela também viveu muitas situações de rejeição e preconceito contra pessoas trans, tanto por parte dos demais abrigados, quanto dos militares responsáveis pela gestão do local. Estefânia conta que as coisas começaram a mudar para ela depois que, em 2019, participou do Projeto Promotoras Legais Populares, iniciativa promovida pelo UNFPA, o INESC e o NUMUR. Foi neste projeto que ela e outras mulheres tiveram acesso a informações sobre seus direitos e o que fazer caso eles fossem violados. Atualmente, Estefânia vive em outro abrigo. Diz que se sente empoderada e afirma que a experiência lhe ensinou que a organização coletiva é essencial para garantir a dignidade e o respeito dentro dos espaços institucionais de acolhimento. Lembra, por exemplo, de militares que foram substituídos quando denunciados pela sua postura discriminatória dentro dos abrigos. O direito de voltar para os abrigos em horários flexíveis, também foi conquistado pela articulação coletiva das abrigadas que precisavam trabalhar à noite. Ela conta de um episódio recente que a deixou particularmente emocionada. Um militar que atua na gestão do abrigo onde mora tentou impedir que os LGBTQI+ abrigados participassem ativamente das atividades do espaço. Ela se levantou no refeitório para enfrentar o discurso do militar e, em um gesto de união e solidariedade, todos os abrigados LGBTQI+ também ficaram de pé para apoiar sua po-

sição. A ação teve resultado. Para Estefânia, o simples direito de participar das atividades cotidianas de manutenção do abrigo é extremamente importante para reafirmar a capacidade que gays, lésbicas e transsexuais têm de ocupar diferentes papéis na vida coletiva.

Muitas(os) LGBTQI+ deixam a Venezuela por conta da violência, das questões econômicas e de acesso à saúde. Ser mulher trans e migrante é difícil, sobretudo no âmbito do trabalho. Estefânia já fez cursos nas áreas de Recursos Humanos, Vendas, Finanças e Marketing. Já participou de muitos processos seletivos, mas ainda não conseguiu um emprego formal. Afirma que é importante as pessoas entenderem que muitas mulheres trans são qualificadas e podem trabalhar nas mais diferentes áreas, não só nas ruas ou salões de beleza. Além disso, lembra que muitos LGBTQI+ vêm ao Brasil buscar a continuidade para seu tratamento de HIV e sífilis e que precisam de atenção especial para garantir uma fonte de renda.

Recentemente, Estefânia recebeu a documentação que a reconhece como refugiada. Diferente dos demais documentos brasileiros que possui, este não veio com o seu nome social. Ela já solicitou a troca e disse que irá recorrer à Defensoria Pública caso seu direito seja negado. Para o futuro, Estefânia sonha em alcançar a autonomia financeira necessária para trazer ao Brasil suas irmãs e sua mãe, que a liga todos os dias e de quem mais sente falta. Apesar da enorme saudade que sente da família, não pensa em voltar tão cedo para a Venezuela. Boa Vista é agora a cidade de sua esperança.



## 5. SEGURANÇA E PROTEÇÃO

Falar de segurança e proteção das mulheres no contexto humanitário e migratório é trazer para o centro da reflexão o fenômeno da violência baseada em gênero (VBG), considerando as suas várias manifestações (física, psicológica, moral, sexual, patrimonial etc.) e dimensões, em especial a violência estrutural e institucional enraizada na sociedade brasileira.

É necessário reconhecer que o Brasil ocupa o ranking de 5º país mais violento contra as mulheres e, para enfrentar essa realidade, é preciso reforçar esse tema nos espaços públicos entendendo que VBG não é um problema majoritário de mulheres e sim de toda a sociedade.

A contribuição dos movimentos feministas foi fundamental para “desnaturalizar” a violência contra as mulheres e ampliar as discussões relativas à autonomia sobre o corpo, a sexualidade e a reprodução feminina, pois a sensação de insegurança, medo e aflição das mulheres relaciona-se diretamente a esses temas. No caso das mulheres refugiadas e migrantes, além de muitas sofrerem violência doméstica, familiar (parceiro íntimo), sofrem também a violência que parte da xenofobia presente na sociedade, ainda sofrem mais fortemente a violência estrutural e institucional por sua condição de vulnerabilidade e pelas múltiplas discriminações que carregam (Box 6).

### Box 6:



#### [Grupos Focais] Vivendo e presenciando a violência baseada em gênero

Quando foram perguntadas sobre sua sensação de segurança, muitas mulheres que participaram dos grupos focais afirmaram que se sentem mais seguras no Brasil em relação à Venezuela. Ainda assim, algumas apontaram para a xenofobia e o machismo como grandes fatores geradores de insegurança. As memórias das mulheres participantes foram mobilizadas frente a pergunta sobre terem presenciado ou vivido no Brasil alguma situação de violência baseada em gênero.

Ouvimos relatos sobre tentativas de estupro nas ruas de Boa Vista e dentro das ocupações espontâneas. Também foram relatados casos de violência doméstica infringida pelo parceiro, assédio sexual no ambiente de trabalho, agressão verbal de caráter xenófobo, violência contra pessoas LGBTQI+ e intimidações por parte de agentes do Exército que atuam no acolhimento humanitário. Buscando trabalho como faxineira nos domicílios de Boa Vista, uma das participantes sofreu tentativa de homicídio motivada por xenofobia.

Valendo-se de instrumentos internacionais<sup>15</sup>, as agências do sistema ONU e parceiros da sociedade civil passam a priorizar a perspectiva de gênero na atuação humanitária, a exemplo da Plataforma de Resposta para os Refugiados e Migrantes no Brasil (R4V), o LEAP - Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção para mulheres migrantes, solicitantes de refúgio, refugiadas e da comunidade de acolhida, considerando-a imprescindível para superar as desigualdades entre homens e mulheres, e, conseqüentemente, construir passos transformativos de gênero no contexto das migrações.

Um exemplo é o projeto “Empoderando Refugiadas” implementado pelo ACNUR em conjunto com a ONU Mulheres e o Pacto Global, dentro da estratégia institucional de “Meios de Vida”, para promover a autonomia econômica das mulheres, oferecendo-as a possibilidade de saírem de situações de vulnerabilidade, pois viabilizam parcerias com empresas locais e fora do estado. Um exemplo vem das empresa Lojas Renner, que contratou 20 mulheres venezuelanas. Não restam dúvidas que a empregabilidade é uma das principais formas de promover uma vida digna para as mulheres. A agência também fornece Cash Based Intervention (CBI), assistência financeira que é repassada desde junho de 2019 por meio de cartões pré-pagos emitidos por um prestador de serviços financeiros.

Outro ponto importante no compromisso com a igualdade de gênero é a assistência financeira (CBI) na interiorização. Em 2020, foram realizadas 1.830 transferências, agrupadas em 795 famílias, das quais 517 eram chefiadas por mulheres, o que representa 65% do total (ACNUR, 2021).

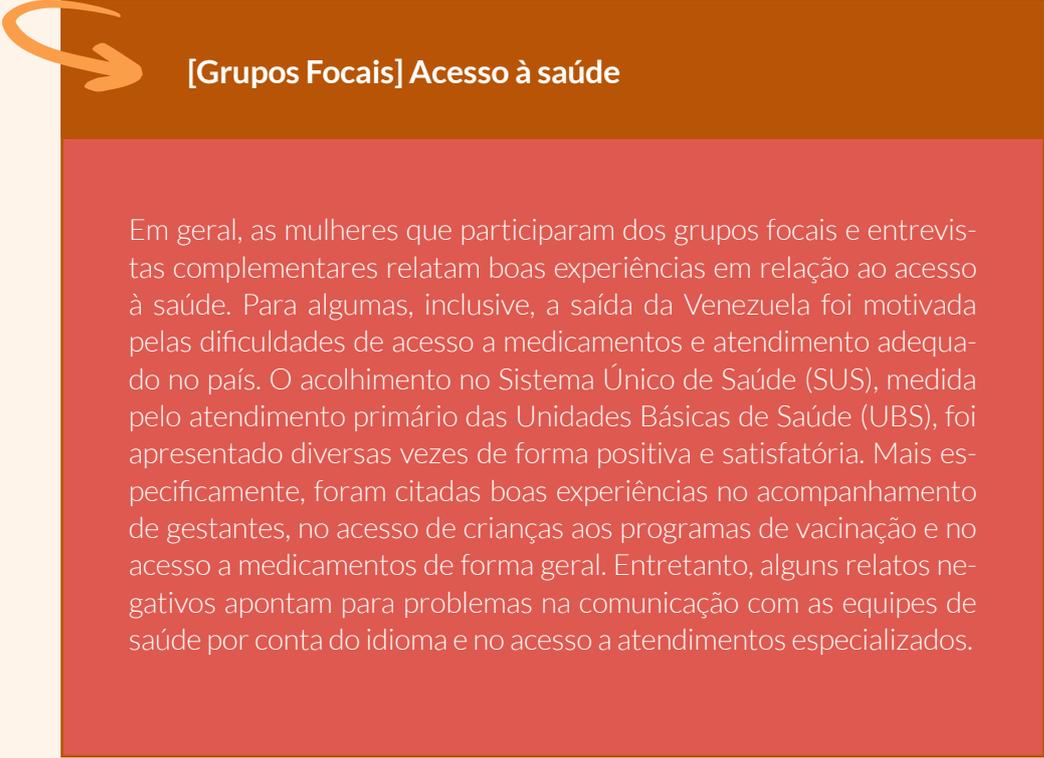
O UNFPA atua diretamente no tema dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres migrantes e não migrantes e com a temática da violência baseada em gênero (VBG). No Grupo de Trabalho Local de VBG, co-liderado pelo ACNUR e pelo UNFPA, e no subsetor nacional de VBG, co-liderado por ONU Mulheres e UNFPA, foram construídos em conjunto com as mulheres e outros atores, o fluxo de encaminhamentos para casos de violência contra a mulher durante a pandemia de Covid-19, onde demonstra os caminhos a serem

---

15 Conferências Mundiais da Mulher (Beijing), Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo), Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena), CEDAW, Agenda 2030/OSD-05, Estratégia de Montevideu.

percorridos em caso de violência. Em qualquer circunstância, a primeira preocupação deve ser com a saúde, e em seguida, com a segurança da sobrevivente.

Apesar dos percalços no acesso aos serviços de saúde, as mulheres relatam, de modo geral, que foram bem atendidas (Box 7).

**Box 7:**

**[Grupos Focais] Acesso à saúde**

Em geral, as mulheres que participaram dos grupos focais e entrevistas complementares relatam boas experiências em relação ao acesso à saúde. Para algumas, inclusive, a saída da Venezuela foi motivada pelas dificuldades de acesso a medicamentos e atendimento adequado no país. O acolhimento no Sistema Único de Saúde (SUS), medida pelo atendimento primário das Unidades Básicas de Saúde (UBS), foi apresentado diversas vezes de forma positiva e satisfatória. Mais especificamente, foram citadas boas experiências no acompanhamento de gestantes, no acesso de crianças aos programas de vacinação e no acesso a medicamentos de forma geral. Entretanto, alguns relatos negativos apontam para problemas na comunicação com as equipes de saúde por conta do idioma e no acesso a atendimentos especializados.

Assim, as agências empenham-se em mitigar os riscos de sofrer violência baseada em gênero e atender situações de violência, com acompanhamento e gestão de casos. Essa monitoria proativa permite maior segurança no acesso de mulheres aos serviços de atendimento, denúncia e proteção na rede pública. As(os) profissionais encarregados(as) desses acompanhamentos contam com treinamento e sensibilização para trabalhar preservando a dignidade da sobrevivente. As mulheres disseram que receberam informações sobre a rede de atendimento e enfrentamento à violência (Box 8).

**Box 8:**

### [Grupos Focais] Acesso aos mecanismos de denúncia

A maioria das mulheres que participaram dos grupos focais relataram que foram informadas sobre como acessar os mecanismos de denúncia nos casos de violência baseada em gênero. As fontes de informações são diversas, incluindo os meios de comunicação e, principalmente, as atividades de formação promovidas por agentes e instituições que atuam no acolhimento humanitário. A ONU Mulheres e a Casa da Mulher Brasileira, por exemplo, foram citadas como entidades que viabilizaram o acesso a essas informações. Entretanto, algumas mulheres relataram dificuldades concretas para acessar tais mecanismos. Além do sentimento de insegurança para efetuar a denúncia, foram relatados como impeditivos a questão do idioma e a falta de sensibilidade dos agentes de segurança frente a essa dificuldade. Entretanto, algumas mulheres também exteriorizam uma percepção positiva a respeito da legislação brasileira em relação à proteção de grupos vulneráveis, como as mulheres, crianças e LGBTQI+.

No que tange ao Poder Público, foram compartilhadas as experiências do projeto “Facilitadoras de Diálogo” e o “O Valente não é Violento”, realizado em parceria entre a Defensoria Pública do Estado de Roraima (DPE/RR) e ONU Mulheres. O “Facilitadoras de Diálogo” nasce após um mapeamento de necessidades realizado pela ONU Mulheres, que demonstrou haver conflitos e dificuldades nas relações dentro dos abrigos. A formação tem por objetivo trabalhar a mediação de conflitos e de pessoas. A partir dela, percebeu-se que não seria suficiente trabalhar apenas com as mulheres, visto que também era bastante presente a violência baseada no gênero dentro dos abrigos.

Assim, a parceria passou a oferecer ainda o “O Valente não é Violento”<sup>16</sup>, uma metodologia da ONU Mulheres que trabalha o tema das masculinidades positivas, paternidade ativa e prevenção da violência. Inicialmente, a formação foi ofertada para os parceiros e/ou filhos

---

16 O Valente não é violento é uma campanha já presente em diversos países da América Latina. É uma iniciativa que busca estimular a reflexão sobre comportamentos machistas, enfatizando a responsabilidade dos homens na eliminação da violência contra meninas e mulheres. A experiência organizada pela ONU Mulheres contou com espaços exclusivos para homens, onde podiam compartilhar seus pontos de vista e refletir papéis de gênero e masculinidades positivas. A iniciativa foi realizada tanto com homens venezuelanos, residentes dos abrigos, quanto com militares militares da resposta humanitária.

das participantes do “Facilitadoras de Diálogos”, mas depois foi estendida para atores humanitários, militares da Operação Acolhida e até mesmo para servidores do poder público local. Pois, viu-se nos relatos dos grupos focais, relatos de violência por parte da Operação Acolhida (Box 9).

### Box 9:



**[Grupos Focais] Militarismo e violência**

As Forças Armadas são muito atuantes no contexto da resposta humanitária em Roraima - resultado da estratégia escolhida pelo Governo Federal. Elas foram citadas algumas vezes pelas mulheres migrantes de forma positiva ou neutra. No eixo temático da segurança, algumas mulheres afirmaram que a ação militar colabora com a segurança dentro dos abrigos, o que não ocorria nas ocupações, uma vez que as ocorrências nestes espaços não eram atendidas pelas forças de segurança pública. Entretanto, foram relatados episódios de violência física e psicológica perpetrados por agentes da Operação Acolhida nas ruas de Boa Vista, no acampamento instalado ao redor da rodoviária da cidade e mesmo dentro dos abrigos. Algumas mulheres relataram que sofreram constrangimento e violência psicológica, uso da força, abuso de autoridade, ameaça e discurso xenófobo. Também foi relatado o uso intenso de violência física, dentro de um abrigo, contra mulheres transsexuais que tentavam, junto aos/às demais abrigados/as, participar ativamente nas decisões do espaço de acolhimento. Ao relatar tais episódios, as participantes do grupo focal verbalizaram sentimento de impotência, medo e injustiça.

Um exemplo positivo do “Valente não é Violento” é que jovens venezuelanos participantes das oficinas passaram a se dar conta de que no Brasil não deveriam ter o mesmo comportamento que tinham no seu país com relação às mulheres, inclusive tomando conhecimento de leis brasileiras, como da Lei Maria da Penha. O projeto abrangeu homens de várias faixas etárias e possibilitou reflexões sobre paternidade ativa, desigualdades de gênero, relações de poder, compartilhamento das responsabilidades domésticas, além de apresentar meios não conflituosos de resolução de disputas e conflitos nos relacionamentos afetivos e nas relações sociais de modo geral.

A sociedade civil apresentou os desafios que vêm enfrentando em relação à violência sofrida pelas populações transexuais venezuelana e não-venezuelana. O grupo Sabá afirmou que a violência contra as mulheres transexuais é naturalizada por se tratar de um grupo altamente estigmatizado. E, se são migrantes venezuelanas que sofrem as agressões, em virtude de sua extrema vulnerabilidade, a situação segue impune, o que contribui para que muitas sequer procurem a rede de atendimento governamental.

Assim, neste eixo temático, avalia-se que organizações que atuam no contexto humanitário da cidade de Boa Vista/RR trabalham para superar a banalização da violência baseada em gênero e mitigar os seus riscos. Compreendem o fenômeno da violência como algo complexo e enraizado na cultura, e empreendem esforços para a “desconstrução” dos papéis e de normas de gênero estereotipadas.

Refletem sobre os impactos das masculinidades tóxicas junto aos grupos de homens participantes dos programas de capacitações, de assistência financeira ou em famílias onde as mulheres recebem diretamente os recursos, tratando das desvantagens do machismo para os próprios homens, a exemplo, da negligência com a saúde sexual e reprodutiva e a ausência de maiores cuidados com a saúde em geral, geralmente deixada para segundo plano. Também abordam os desafios na superação das desigualdades de gênero nas relações parentais (guarda compartilhada, cuidado das filhas e dos filhos) ao falar que a masculinidade, assim como a feminilidade, é construída socialmente, é histórica e relacional e que o gênero organiza toda a sociedade.

A pesquisa demonstrou um esforço de ambos os segmentos para alcançar a igualdade de gênero. Ainda assim, é urgente e necessário que se trabalhe com as temáticas de gênero com a sociedade em geral como medida de política pública, com vistas a corrigir as falhas estruturais em nosso tecido social, falhas que impedem o crescimento saudável e justo do país, bem como um desenvolvimento que efetivamente reconheça as mulheres como sujeitas políticas<sup>17</sup>, pois o Brasil segue entre os países mais desiguais no quesito gênero e raça<sup>18</sup>.

No que diz respeito a Roraima (Box 10), há urgência em se priorizar um trabalho de desconstrução das desigualdades de gênero, por se tratar de um estado ainda muito conservador e violento com as mulheres, o que exige um comprometimento estatal efetivo e duradouro de mudanças no campo da cultura.

---

17 O termo “sujeitas políticas” passa a ser utilizado em vários artigos e pesquisas, como forma de “fugir” de uma linguagem masculina e sexista, abrindo flanco para incorporação de novas interpretações gramaticais na língua portuguesa.

18 <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>

**Box 8:****[Grupos Focais] Mulheres em situação de rua em Roraima**

Muitas participantes relataram que, em Roraima, viveram em situação de rua por longos períodos. As memórias sobre tais períodos são permeadas pelo sentimento de extrema vulnerabilidade e insegurança. Foram relatados episódios de constrangimento por parte de agentes de segurança, preconceito, assédio e violência sexual. Outro ponto crítico citado por essas mulheres diz respeito à falta de acesso a espaços para a realização da higiene pessoal. A busca por locais seguros para tomar banho, lavar roupa e satisfazer necessidades básicas aparece nas falas como uma situação que as coloca em posição de risco, constrangimento e vulnerabilidade, ferindo a privacidade e dignidade humana.

Ao falar da violência baseada em gênero (VBG), vale acrescentar ser necessário que os marcadores étnico-racial, de orientação sexual, geracional e de pessoas com deficiência, sejam incorporados às futuras avaliações e à própria ferramenta de avaliação rápida, haja vista, que a migração venezuelana é formada por povos negros e indígenas, permitindo assim a interseccionalidade com outras formas de opressões não mencionadas na ferramenta.





## Boas Práticas

- A metodologia dos “Espaços Seguros”, liderada pelo UNFPA, ou os Hubs de Empoderamento das Mulheres, liderados pela ONU Mulheres, investiram na construção de laços, no compartilhamento de conhecimentos sobre a condição desse público (relações de gênero) e na compreensão da legislação brasileira em suas diversas áreas (trabalhista, proteção social, combate e enfrentamento da violência baseada em gênero). Tais espaços constituem-se em lugares de referência para as mulheres que estão na cidade de chegada, mas também permitem o exercício da cidadania nos municípios de interiorização. A experiência é baseada em uma construção compartilhada com mulheres refugiadas e migrantes e contou com a colaboração de diferentes atores sociais, e a atuação de trabalhadoras e trabalhadores humanitários junto a órgãos públicos possibilitou o fortalecimento das capacidades públicas locais na oferta de serviços e direitos a refugiadas e migrantes. A experiência foi apontada como uma boa prática para o estímulo da autonomia das mulheres refugiadas e migrantes em seus aspectos físico, econômico e político.
- Logo, organizações que atuam na ação humanitária esforçam-se para viabilizar nos “Espaços Seguros” ou nos Hubs de Empoderamento das Mulheres mecanismos para melhorar a agência<sup>19</sup> de mulheres e meninas, que inclui conhecer seus direitos, bem como acessá-los, além do espaço para que as próprias mulheres busquem influenciar outras em torno da igualdade de gênero.
- O fluxo de VBG, desenvolvido em Boa Vista inicialmente, e posteriormente reproduzido em Manaus/AM, é um instrumento que incorpora os princípios do Comitê Permanente Interagências (IASC, na sigla em inglês), em diálogo com os marcos internacionais, proporcionando reação e articulação da rede local com a resposta humanitária e até mesmo com outras redes no país.
- O projeto “Trans-formando vidas”, do Serviço Jesuíta aos Migrantes e Refugiados (SJMR), em conjunto com as agências da ONU, é uma experiência positiva no empoderamento, segurança e proteção das mulheres trans e travestis em especial, porque atuam com mulheres que trabalham no sexo por sobrevivência. No primeiro momento, o projeto busca suprir as necessidades básicas de subsistência, com a oferta de cestas básicas. Em seguida, são realizados encontros de formação, bem como a regularização de documentos. Entre setembro e dezembro de 2019, foram viabilizadas, em média, a documentação de 100 mulheres.

---

19 O termo “agência” pode ser praticamente sinônimo das formas de poder que as pessoas têm à sua disposição, de sua capacidade de agir em seu próprio nome, de influenciar outras pessoas e acontecimentos e de manter algum tipo de controle sobre suas próprias vidas. A Agência, neste sentido, é pertinente tanto no caso da dominação quanto no da resistência (ORTNER. 2007, p. 64).

## Lições aprendidas

- A violência contra as mulheres é um problema político e uma questão de saúde pública. Nesse sentido, são necessários programas, pesquisas, monitoramento e avaliação na perspectiva da interseccionalidade entre gênero, classe e raça presente nas relações sociais.
- É sabido que quando os homens (familiares, companheiros, parceiros íntimos etc.) detém práticas associadas às masculinidades hegemônicas e misóginas, limitam o exercício da autonomia das mulheres e suas capacidades de envolvimento em atividades não associadas ao doméstico. Nessas circunstâncias, elas apresentam inúmeras dificuldades para concluir os processos, um exemplo é o abandono dos cursos de formação.
- É fundamental pautar o poder público em seus diferentes níveis, municipal, estadual e nacional, a partir dos acordos internacionais<sup>20</sup> assinados pelo Brasil para a igualdade de gênero. Além disso, é basilar uma ação integrada e coordenada que envolva várias repartições públicas, desde a educação de crianças/adolescentes, segurança, assistência social, saúde, até o judiciário.



---

20 Convenção e Protocolo sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW 1979); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, denominada Convenção Belém do Pará (ratificada em 1994); Conferência Mundial dos Direitos Humanos (1993), entre outras.

# HISTÓRIA DE VIDA DA ISABELA

Isabela é mãe de um menino de um ano e seis meses, se mudou várias vezes, morou muito tempo nas ruas e hoje trabalha em uma clínica em São Paulo. Já superou tantas situações difíceis na vida que sua pouca idade surpreende. Ela deixou a casa dos pais quando tinha 15 anos. Conta que lá vivia situações de maus-tratos e, por isso, resolveu se mudar para uma barraca com o seu companheiro.

Quando a situação na Venezuela ficou crítica, o companheiro migrou para o Brasil. Isabela terminou seus estudos e foi ao seu encontro em 2017. Quando já estava em Boa Vista, trabalhando em uma quitanda e morando em um imóvel que conseguiram alugar depois de um tempo vivendo em abrigos, Isabela recebeu um chamado da mãe. Teve de voltar para sua cidade natal, Maturín, para resolver um contratempo: estavam ameaçando invadir uma casa que pertencia a sua família. Foi em Maturín que ela descobriu que vivia as primeiras semanas de uma gestação e que seu companheiro, em Boa Vista, havia arranjado uma nova parceira. Entretanto, a crise na Venezuela havia se agravado e Isabela decidiu cruzar a fronteira rumo ao Brasil mais uma vez.

De volta a Roraima, conseguiu se hospedar em uma casa, mas teve que sair depois de um mês porque não tinha como pagar o aluguel. Ela conta que esse foi o período mais difícil de sua vida. Isabela passou praticamente toda a gravidez em situação de rua. Os pontos de ônibus de Boa Vista foram seu dormitório por muitas noites, mas as madrugadas raramente eram tranquilas. Isabela conta que sofreu ameaças e que as abordagens policiais eram frequentes. Junto com outros migrantes, incluindo sua irmã e o sobrinho que também haviam saído da Venezuela, Isabela procurou abrigo em uma escola abandonada. Certa noite, quando já estava no sexto mês da gestação, conta que um homem entrou no edifício e tentou tirar suas roupas enquanto ela dormia. Mesmo estando grávida e exposta a tantas violências, Isabela não conseguia uma vaga nos abrigos da cidade. Limpar-se, lavar as roupas e satisfazer as necessidades mais básicas são atividades cotidianas, mas inacessíveis para quem está em situação de rua. Semanalmente Isabela limpava o escritório de um senhor em troca de R\$ 10,00 (Reais), o suficiente apenas para pagar uma hora de estadia em uma pousada aonde ia para tomar banho. Ela relata que ao lado da escola onde dormia, um venezuelano tentava oferecer às mulheres o acesso a banheiros em troca de serviços sexuais. Isabela lembra com tristeza que durante esses meses vivendo nas ruas chorava todos os dias. Pensava em voltar para a Venezuela, mas sabia que lá as coisas ainda estavam muito difíceis e que, talvez, seu filho não teria a assistência necessária para vir ao mundo.

Gabriel nasceu de cesariana dois dias depois de Isabela sair das ruas e se mudar para a ocupação Ka'Ubanoko. Ela não tinha fraldas nem roupas para o bebê, mas conta que foi bem atendida na maternidade. Voltou para a ocupação com o filho nos braços e logo saiu às ruas, ainda com os pontos no ventre, em busca de trabalho. Com 20 dias de vida, Gabriel desenvolveu uma pneumonia aguda e teve que ficar dois meses internado na UTI. Foi neste período que Isabela reatou o relacionamento com seu antigo companheiro e pai de seu filho, com quem está até hoje. Quando o recém-nascido se curou e deixou a UTI, a família alugou uma casa, mas com dificuldades de pagar o aluguel acabaram voltando para o Ka'Ubanoko. Um ano depois, diante das perspectivas de despejo da ocupação, resolveram procurar um amigo que trabalhava no Posto de Triagem (Pitrig) para tentar a interiorização.

Faz três meses que Isabela está vivendo no Parque São Domingos, zona oeste de São Paulo, junto com o companheiro, o filho e a família de seu cunhado que os recebeu. Com seu trabalho, que fica em um bairro afastado, Isabela consegue garantir a alimentação da família, enquanto o companheiro fica responsável pelo pagamento do aluguel. O cunhado está desempregado, mas contribui com a renda que consegue recolhendo material reciclável nas ruas. Agora com 21 anos, Isabela pensa em um dia voltar para a Venezuela. Sua prioridade no momento é equipar a casa em que vive, mas sonha em, no futuro, abrir um negócio próprio em sua terra natal e garantir que o filho nunca passe pelas mesmas situações que ela viveu aqui.

## 6. BEM-ESTAR ECONÔMICO

Debruçar-se sobre o tema bem-estar econômico das mulheres migrantes é dispor de olhares para a economia do cuidado, especialmente, quando nas últimas décadas observa-se que os países centrais passam por um déficit do trabalho doméstico – “crise do cuidado”. Pois, sabe-se que esse trabalho é ocupado em sua maioria por mulheres migrantes, formando as chamadas “cadeias globais de cuidado”, onde as mulheres se deslocam para várias partes do mundo, especialmente dos países em desenvolvimento para os desenvolvidos.

Em geral, as trabalhadoras domésticas estão em situação de pobreza e enfrentam péssimas condições laborais, caracterizadas pela subalternidade, exploração e discriminações. A desvalorização social dessa atividade faz, inclusive, com que seus direitos não sejam reconhecidos. No Brasil, basta lembrar do processo de aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) das domésticas, que após aprovada transformou-se na Emenda Constitucional nº 73/2013, quando várias camadas sociais, encarando a PEC como uma ameaça, manifestaram-se contrárias à equiparação dos direitos dessas trabalhadoras aos demais trabalhadores amparados pela legislação trabalhista tardiamente. Em pleno século XXI uma categoria de trabalho era “legalmente” discriminada e estava marginalizada e aliada da legislação trabalhista.

Fator de exclusão é que muitas mulheres migrantes, mesmo com formação universitária na Venezuela, por vezes não conseguem exercer suas profissões no Brasil, já que o reconhecimento do diploma é um processo custoso e longo. Assim, muitas delas acabam no mercado informal, trabalhando como empreendedoras ou domésticas, sem estabilidade ou proteção social alguma.

A esse respeito, vale aqui registrar que o trabalho doméstico, segundo o relato das mulheres nos grupos focais, segue sendo uma das principais ocupações das mulheres (Box 11).

**Box 11:**

### [Grupos Focais] Trabalho, informalidade e trabalho doméstico

Durante os grupos focais, a grande maioria das mulheres relatou que suas experiências no mercado de trabalho brasileiro se limitam à informalidade. Foram muitos os relatos de mulheres que trabalham atualmente e/ou trabalharam no passado como empregadas domésticas ou faxineiras. O serviço doméstico representa para as mulheres venezuelanas uma das principais estratégias de inserção no mercado de trabalho e obtenção de renda. Entretanto, tal inserção usualmente se dá por vias não regulamentadas e precarizadas. Muitas mulheres relataram situações em que foram extremamente mal remuneradas ou nem sequer receberam remuneração, trabalhando em troca de alimento ou moradia. Também foram relatados casos de assédio sexual e xenofobia sofridos por essas mulheres nas residências onde trabalharam. Para muitas, obter um trabalho formal no Brasil em qualquer setor aparece como meta central.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2019, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres. Então, temos uma metade da população que contribui de maneira indispensável para a reprodução da vida, por meio da “economia do cuidado”, que paga tributos tal qual a outra metade, ou ainda paga proporcionalmente mais impostos, visto que a carga tributária brasileira é regressiva e indireta, afetando mais o consumo, que é praticamente o gasto de famílias de baixa renda, com alimentos. Todavia, é diuturnamente aviltada em seus direitos humanos e esquecida na esfera das decisões políticas.

Além da precariedade do trabalho do cuidado, sabe-se que o tempo das mulheres é reduzido para a participação e liderança, pois parte desse tempo está comprometido com a economia do cuidado. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Outras Formas de Trabalho (IBGE, 2020), em 2019, as mulheres declararam dedicar praticamente o dobro de tempo (21,4 horas por semana) do que os homens (11 horas semanais) em trabalho doméstico. Esta diferença é mantida até mesmo quando os entrevistados não estão ocupados. Nesse caso, as mulheres empenham 24 horas semanais enquanto os homens gastam 12,1 horas por semana (IBGE, 2020).

De 2001 a 2015, as famílias chefiadas por mulheres mais do que dobraram em termos absolutos (105%), passando de 14,1 milhões em 2001 para 28,9 milhões em 2015. Esse cenário tornou-se mais acentuado nas famílias de núcleo duplo (casais com e sem filhos). Ao longo de 15 anos, o número de mulheres chefes passou de 1 milhão para 6,8 milhões, entre os casais com filhos, um aumento de 551%. Entre os casais sem filhos, o percentual de crescimento foi ainda maior: de 339 mil famílias para 3,1 milhões, uma expansão de 822% (CAVENEGHI, 2018).

As informações acima ajudam a compreender os inúmeros obstáculos que as mulheres, especialmente migrantes e refugiadas, enfrentam para exercer sua autonomia política, física e econômica para efetivamente conquistar sua cidadania. Deste modo, as agências e parceiros implementadores atuam de forma articulada para viabilizar o bem-estar econômico das mulheres em várias frentes: na promoção da participação e liderança, para mitigar os riscos de violência baseada em gênero, também constroem mecanismos de acesso para capacitações e treinamentos para desempenharem atividades de geração de renda. Contudo, elas ainda enfrentam dificuldades e barreiras para a conclusão. Além disso, oportunizam informações e conhecimentos para que as mulheres possam barganhar na tomada de decisões sobre os ativos produtivos e despesas familiares.

Também há um esforço colaborativo para contemplar as mulheres nos projetos de bem-estar econômico, já que os programas apresentam oportunidades igualitárias nos processos de contratações, e nos cadastramentos, elas também se sentem seguras em acessar os postos de distribuição e apoio. Porém, não se sentem protegidas e confiantes em acessar o mercado de trabalho local, principalmente por conta da xenofobia, constatação também advinda dos grupos focais (Box 12).

### Box 12:



#### [Grupos Focais] Trabalho, xenofobia e documentação migratória

Algumas mulheres relataram o uso explícito de discurso xenófobo por parte de seus empregadores para justificar a submissão a formas não regulamentadas e precarizadas de trabalho, com baixa remuneração e jornadas abusivas. Em outros casos, foi relatado que alguns empregadores, inclusive de grandes empresas, se recusaram a assinar a carteira de trabalho alegando o desconhecimento das possibilidades legais de estabelecer vínculo empregatício com migrantes internacionais. Cabe destacar ainda a situação peculiar das mulheres que entraram no Brasil durante a pandemia, quando as fronteiras estavam fechadas.

Estas mulheres, que constituíram maioria no grupo focal das abrigadas, se vêem impedidas de acessar muitos direitos, entre eles o trabalho formal.

As iniciativas voltadas para o empreendedorismo, tais como as presentes na unidade de “Meios de Vida” da unidade do ACNUR no Brasil, colocam-se como um instrumento concreto de transformação de vida, já que busca mitigar impactos socioeconômicos, especialmente sobre a população refugiada, visto que, atua nas áreas de empregabilidade, educação, inclusão financeira, coexistência pacífica e produção de conteúdo.

O projeto “Vamos Juntas”, implementado pelas ONU Mulheres nos abrigos da cidade de Boa Vista operava em duas direções: por um lado, ONU Mulheres recebia as reivindicações e as necessidades das migrantes e viabilizava mentoria nas áreas demandadas, ao mesmo tempo em que proporcionava formação sobre gerenciamento de um pequeno negócio, gestão financeira e de marca, marketing, vendas, mediação de conflitos entre outros. De outro lado, estimulava o cooperativismo (a economia solidária, em contraponto a economia capitalista), já que a iniciativa visa fortalecer agrupamentos e coletivos exclusivamente de mulheres na produção. Dessa experiência surgiu os espaços destinados às crianças, que funciona de forma autogestionada e organizada horizontalmente, numa dinâmica de rotatividades entre as mulheres no cuidado das crianças.

Já o “Hilos Migrantes” é projeto de capacitação na área de identidade visual, precificação e redes sociais desenvolvidos pela AVSI e Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), foi uma iniciativa positiva, em razão, de despertar no grupo participante das aulas a preocupação com a apresentação dos negócios e dos produtos aos clientes e na internet.

Com a realização dos cursos de qualificação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) de: Português com foco em Atendimento, Qualidade no Atendimento ao Público, Marketing Pessoal e Empreendedor em Pequenos Negócios, foi possível inovar na estratégia, pois, a ONU Mulheres, em diálogo com a coordenação e instrutoras, viabilizou a transversalização da perspectiva gênero no conteúdo programático a ser ministrado ao ao público migrante ao mesmo tempo em que realizava oficinas sobre igualdade de gênero e direitos das mulheres às instrutoras e aos instrutores do SENAC. Deste modo, ONU Mulheres, instrutoras e migrantes, “todas” ensinaram e aprenderam nesse compartilhar de conhecimentos e saberes.

Logo, esse conjunto de ações e os treinamentos profissionais, no sentido de aprimorar as habilidades das mulheres e as capacitações para aperfeiçoar suas capacidades foram assertivos, porque instrumentalizam as migrantes na busca da autonomia financeira, de maneira que elas possam encontrar saídas para suprir suas necessidades e desejos.

Assim, a avaliação das iniciativas relativas ao eixo bem-estar econômico pode ser considerada satisfatória, na medida que as agências e parceiros implementadores têm nos seus programas ações sistemáticas e transversalizadas para a igualdade de gênero. Ademais, ao disponibilizarem o Cash Based Intervention (CBI), programa de transferências em dinheiro ou vouchers de bens e serviços diretamente às mulheres, como estratégia do empoderamento econômico das beneficiárias, permite-se que elas próprias construam caminhos para sua cidadania.

No que tange ao poder público, somente a Casa da Mulher Brasileira trabalha com o bem-estar econômico, há na instituição o setor chamado de autonomia econômica, que realizou em março de 2019 a primeira feira com produtos confeccionados pelas mulheres, além de oficinas de artesanatos e empreendedorismo com mulheres refugiadas, migrantes e brasileiras que se encontravam em situação de violência.

Sobre a sociedade civil, somente uma organização, a Cooperativa de Empreendimentos Solidários de Boa Vista (COOFECs), trabalha diretamente com iniciativas que visam o bem-estar econômico das mulheres. A cooperativa de costureiras localizada na periferia da cidade de Boa Vista realizou, com apoio da ONU Mulheres, cursos para mulheres refugiadas, migrantes e brasileiras, na perspectiva de inserção no mercado de trabalho (têxtil) e de organização de pequenos negócios (costura em geral).

Elas relatam os desafios dessa iniciativa, que capacitou onze mulheres, sendo nove venezuelanas e duas brasileiras em 2019. Apesar de todas as participantes terem concluído o curso, a continuidade do trabalho com as alunas concluintes ficou comprometida com a chegada da pandemia, tendo em vista o isolamento social e a diminuição no número de encomendas e clientes.

### **Box 13:**



#### **[Grupos Focais] Cursos de qualificação, renda e impactos da pandemia**

Muitas mulheres avaliaram de forma positiva a participação em cursos de formação e qualificação profissional, exemplificados pelos cursos de português, artesanato, corte e costura e empreendedorismo. Algumas, inclusive, relataram que tais cursos contribuíram diretamente para conseguir seus empregos atuais. Outras percebem a necessidade de ampliação da oferta dessas oportunidades de formação.

A diminuição na oferta de tais oportunidades, bem como o arrefecimento da atuação humanitária como um todo, é percebido como um dos impactos negativos causados pelo contexto de pandemia. São também citados como grandes impactos a perda de renda, a dificuldade de buscar trabalho, a suspensão de serviços públicos (de educação e assistência social) e a sobrecarga dos serviços de saúde. Os casos de maior vulnerabilidade, entretanto, se concentram entre as mulheres que saíram da Venezuela durante a pandemia. O fechamento da fronteira teve por consequência a migração por rotas clandestinas, conhecidas como *trochas*. As mulheres que chegaram ao Brasil atravessando as *trochas* relataram situações de exaustão física e emocional, medo, insegurança e exposição à extorsão e à violência.

Todavia, as mulheres ainda enfrentam barreiras estruturais para acessar o mercado de trabalho formal (Box 14). Ademais, sentem-se inseguras por conta da xenofobia e preconceitos que sofrem pela condição de migrante. No que diz respeito ao setor informal, elas seguem sub-exploradas e muitas precisam recorrer ao sexo por sobrevivência.

#### **Box 14:**

##### **[Grupos Focais] Informalidade e não reconhecimento da formação profissional**

O sentimento de perda relacionado ao não reconhecimento da formação profissional recebida na Venezuela esteve presente nos relatos de algumas mulheres. Foram lamentadas as dificuldades de acesso ao reconhecimento de títulos e diplomas que possibilitariam a inserção no mercado de trabalho formal a partir das habilidades, formações e experiências profissionais exercidas antes da vinda para o Brasil. Apesar de suas qualificações, estas profissionais se vêem relegadas a posições de precarização e informalidade, o que além de ser um impeditivo de melhoramento do bem-estar econômico, configura-se também como fonte de sofrimento emocional ligada a perda de identidade profissional e reconhecimento.

Um ponto positivo é que a maioria das participantes dos grupos focais relatam terem autonomia sobre os recursos recebidos, afirmando que possuem poder de decisão na administração dos recursos em seus lares (Box 15). Essas informações também foram confirmadas pelas respostas das agências, que têm a mesma percepção.

**Box 15:****[Grupos Focais] Autonomia, bem-estar econômico e programas de transferência de renda**

Dentre as mulheres que possuem fonte própria de renda, os relatos foram majoritariamente positivos em relação ao acesso ao sistema bancário, o que contribuiu para uma maior percepção de autonomia. Em particular, as políticas públicas de transferência de renda, a partir de programas como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial, apresentam-se nos relatos como estratégia importante de busca pelo bem-estar econômico. O acesso a tais recursos foi mencionado como fundamental na garantia da obtenção de itens básicos para a subsistência. No entanto, algumas mulheres também relataram dificuldades de acessar tanto tais benefícios, quanto o sistema bancário, por conta da falta de informações precisas e a barreira do idioma.

As informações analisadas com base na ferramenta de avaliação rápida confirmam que as ações implementadas foram satisfatórias, porém, muitos obstáculos precisam ser superados para a igualdade de gênero.





## Boas Práticas

A qualificação profissional realizada pelo SENAC revelou-se positiva, ao incorporar de forma transversalizada a perspectiva de gênero nos cursos de capacitação profissional. A capacidade da instituição em considerar a dimensão de gênero nos cursos voltados às mulheres refugiadas e migrantes foi fortalecida através de formação em “Igualdade de gênero em sala de aula”, oferecida pela ONU Mulheres às instrutoras e instrutores, experiência inédita na região norte. Iniciativa exitosa que trabalhou o empoderamento de mulheres migrantes na sala de aula. Os exemplos trabalhados com as cursandas traziam as mulheres como referência e modelos de sucesso nos negócios, desconstruindo narrativas em que somente os homens aparecem como bem-sucedidos no mercado.

- Assim, os conteúdos programáticos dos cursos (currículos) e a linguagem do material didático foram adaptados tendo em vista a realidade das refugiadas e migrantes, de forma a responder às suas demandas e necessidades concretas, como: jornada semanal de trabalho, carteira de trabalho, férias, 13º salário e outros direitos trabalhistas.
- Outro ponto positivo foi a estratégia de apoio individual e coletivo no processo formativo, onde as mulheres se apoiavam. As migrantes que melhor dominavam o português ficavam junto das que estavam aprendendo o idioma, formando duplas que se autoajudavam no coletivo. Desse modo, as mulheres criaram laços durante e após capacitação, quando surge a proposta de criação de uma cooperativa de produção de mulheres.
- O projeto “Vamos Juntas” também se revelou bem-sucedido. Desde o início, deixava-se evidente que era uma ação coletiva e não individual de empoderamento econômico das mulheres migrantes. A iniciativa partia da análise das capacidades, fortalezas e carências do coletivo e, valendo-se, desse diagnóstico prévio a ONU Mulheres e parceiros buscavam mentorias para aprimorar expertises, ao mesmo tempo em que proporcionavam treinamentos e capacitações nas áreas de gerenciamento de pequenos negócios, gestão financeira, marketing, uso de marcas nos produtos, estratégias de vendas, mediação de conflitos, informática, cooperativismo.
- No ponto sobre economia solidária tratava-se de incorporar um pensamento mais altruísta e outra perspectiva para a lógica do lucro, trabalhando termos com sobras, divisão, por exemplo. Também, em paralelo, a ONU Mulheres realizava oficinas e rodas de conversas com temas voltados para a autonomia dos agrupamentos (relações de gênero, violência contra as mulheres, Direitos Humanos das Mulheres etc.).
- Valendo-se da experiência do “Vamos Juntas”, onde as mulheres criaram espaços de cuidado e de atividades para as crianças autogeridas (creches auto-organizadas), na forma de rodízios e horizontalizadas, enquanto produziam, se capacitavam ou mesmo comercializavam seus produtos, fortalecendo vínculos e ampliando as possibilidades reais de geração de renda desses coletivos. Portanto, a ação contempla a promoção de ações com integração socioeconômica de mulheres migrantes e refugiadas na cidade de Boa Vista/RR.



## Lições aprendidas

- O trabalho reprodutivo, que ainda permanece majoritariamente feminino e desvalorizado, é uma página que precisa ser virada em nossa história, pois só assim a distância entre o trabalho produtivo e o reprodutivo poderá ser diminuída. Ele segue como parte da engrenagem que sustenta o sistema patriarcal na contemporaneidade, operando como um mecanismo de manutenção das desigualdades de gênero.
- O atendimento psicossocial mostra-se fundamental também neste eixo, tendo em vista que as mulheres enfrentam inúmeras barreiras para sua inserção no mercado laboral: muitas não têm com quem deixar as crianças, não dominam o idioma e os códigos culturais do território, outras não conseguem validar seus diplomas, há aquelas que estão indocumentadas, além da indiferença ou mesmo xenofobia frente aos migrantes por parte de alguns brasileiros e brasileiras. Logo, essas condições adversas abalam a saúde mental das mulheres, que se veem diante de incontáveis dificuldades.
- No processo de interiorização, nota-se que muitas mulheres não têm ideia do tamanho do Brasil, mas querem se interiorizar, já que Roraima tem limitações de incorporação no mercado laboral, mas deixaram as filhas e os filhos na Venezuela, e esperam retornar para buscá-los e/ou para visitá-los. Estas são as decisões mais difíceis para as mulheres, se tem trabalho em outros estados mais longínquos, se veem diante de um dilema: como retornar e juntar-se aos filhos e filhas depois. Hoje a forma encontrada para mitigar essa situação é a reunificação familiar do programa de interiorização.
- As ações desenvolvidas no contexto humanitário precisam “instalar-se” na cidade: comunidade de acolhida, poder público, sociedade civil organizada, empresas em parceria com as agências e organizações implementadoras de ações “devem” construir intercâmbios “entre” e “com” as(os) migrantes e refugiadas(os), para além dos abrigos, permitindo assim, vivenciar, experimentar e conhecer realidades convergentes.
- É necessário entender que no primeiro contato com as mulheres trans é preciso paciência, é um processo para se estabelecer laços e vínculos de confiança, por serem um grupo que sofre múltiplas opressões, por isso muitas se distanciam. Então há que se fazer um trabalho envolvendo-as diretamente nas decisões. Assim, apoiamos lideranças, que passam a envolver outras mulheres, pois, elas têm uma rede de comunicação e códigos, depois desse momento têm-se uma relação de confiança estabelecida, mas é preciso manter os compromissos assumidos. “Dou a minha palavra, se eu falo algo, tenho que cumprir” (Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados – SJMR) se não essas relações se esgarçam.
- O primeiro momento de contato com as mulheres trans é para formar um vínculo, isso possibilita criar lideranças, e por meio delas é possível chamar e envolver outras mulheres. Elas mesmas têm uma rede de comunicação. Depois desse momento, cria-se uma relação de confiança, “dou” a minha palavra, se eu falo algo tenho que cumprir, assim elas acreditam.

# HISTÓRIA DE VIDA DA KARINA

No Ceará, tem dias que os familiares de Karina se sentem como se fossem celebridades. Quando contam que são venezuelanos, algumas pessoas ficam empolgadas, abraçam a família e ficam curiosas para saber mais sobre sua história, seus caminhos. Se soubessem de antemão das dificuldades que Karina enfrentou até a interiorização na região metropolitana de Fortaleza, onde vive hoje com a família, talvez os abraçariam ainda mais apertados.

Karina é de Azoátegui e toda sua família trabalhava em setores ligados à grande indústria petrolífera da Venezuela. Lá ela atuava como socorrista e diz que ajudar as pessoas é seu destino e grande legado. Chegou com o marido em Roraima no final de 2019. No início da pandemia, ela se juntou a um grupo de mulheres para produzir artesanalmente mais de 6 mil máscaras de proteção para outros migrantes como ela. Vir para o Brasil, no entanto, foi uma decisão difícil. Ela conta que antes da crise levava uma vida muito boa na Venezuela, com casa própria e acesso a tudo o que precisava. Porém, a situação do país começou a se deteriorar e, ao ver seus quatro filhos passarem fome, Karina, que hoje tem 48 anos, sentiu aumentar a necessidade de partir.

A sua primeira morada no Brasil foi em Boa Vista, na casa de uma senhora que era conhecida por hospedar venezuelanos. Em troca de comida e um lugar para dormir, Karina fazia os serviços domésticos da casa. Eventualmente, de duas em duas semanas, a senhora lhe pagava R\$ 5,00 (Reais). Sentindo-se explorada, ela procurou ajuda e conseguiu uma vaga para ela e sua família em um abrigo onde viviam mais de 300 venezuelanos. Conta que lá viveu coisas boas, mas também relata um episódio traumático que lhe causou crises nervosas. Certo dia, junto aos companheiros do abrigo, se dirigiu aos militares que atuavam no local para conversar sobre a alimentação, que estava adoecendo os abrigados. Diante da reivindicação, os militares agiram de forma agressiva. Disseram que os venezuelanos estavam provocando um motim e que deveriam se silenciar e agradecer a ajuda que estavam recebendo. A reação militar foi particularmente agressiva com a população trans do abrigo. Indignada, Karina relata que os militares bateram nas mulheres trans, usaram spray de pimenta e as expulsaram do abrigo. Ela cita que um comandante desligava a energia e a água do abrigo em horários aleatórios e bloqueava o acesso dos migrantes aos banheiros do local. Inicialmente, a gestão deu razão aos militares, mas uma denúncia foi feita e o comandante foi afastado. Entretanto, as mulheres agredidas nunca retornaram ao abrigo.

Ainda em Roraima, Karina se juntou a seus dois irmãos e a sua filha mais nova, que também tiveram de deixar a Venezuela. A família conseguiu a interiorização para o Ceará no outono de 2020. Assim que chegaram, o marido de Karina procurou o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e conseguiu uma entrevista no setor da construção civil. Ao apresentar seus documentos para a empresa, ele ouviu que os venezuelanos não podiam ter os mesmos benefícios que os brasileiros e que, portanto, sua carteira não seria assinada. Consciente de seus direitos, não aceitou a condição e hoje trabalha de forma regularizada em uma fábrica de produtos de limpeza. Karina também teve experiências ruins de trabalho no Ceará. Trabalhando como empregada doméstica, conta que alguns patrões não queriam pagar o preço devido do serviço e exigiam que ela ficasse em suas casas o dia inteiro, de segunda a domingo. Karina continua trabalhando nesta ocupação, mas diz que está prestes a ter sua carteira assinada.

Apesar dos percalços, o que Karina mais gosta no Ceará é das pessoas. Diz que tem muitos amigos brasileiros e que lhe chama a atenção o hábito de todos se cumprimentarem nas ruas. Seus vizinhos sempre passam em sua casa para perguntar se a família está precisando de alguma coisa, se falta algo. Rindo, ela conta que seu marido fica animado com a empolgação e a curiosidade dos cearenses em relação aos migrantes, como se ser venezuelano fosse algo muito extraordinário. Nos seus planos para o futuro está ajudar o restante da família a vir para o Brasil e juntar dinheiro para comprar uma casa aqui. Uma casa, de preferência, com um quintal bem grande para receber os novos amigos.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de avaliação do enfrentamento das desigualdades de gênero na resposta humanitária demonstrou um esforço dos atores e atrizes para alcançar a igualdade de gênero, havendo iniciativas satisfatórias nesse sentido.

Porém, para aperfeiçoar e ampliar seus impactos, é necessário trabalhar as temáticas de gênero com a sociedade em geral como medida de política pública, com vistas a se corrigirem falhas estruturais em nosso tecido social. Em Roraima, é urgente um trabalho de desconstrução das desigualdades de gênero, por se tratar de um Estado ainda muito conservador e violento com as mulheres, o que exige um comprometimento estatal efetivo e duradouro para as mudanças no campo da cultura.

Uma parte significativa das migrantes (principalmente as mulheres trans) não procuram os serviços públicos nos casos de violências. Logo, o Poder Público precisa chegar até essas mulheres, criando mecanismos e estratégias que promovam a aproximação entre organizações e população migrante.

Realização de busca ativa para que elas se sintam seguras e confiantes para procurar apoio estatal. Assim, a qualificação se torna fundamental, priorizando ainda campanhas de sensibilização junto ao funcionalismo público, para que esses atores compreendam que ainda reproduzem em seu cotidiano de serviço a violência de gênero contra as mulheres, sobretudo se migrantes, negras, LGBTQI+ e/ou indígenas.

Constatou-se na pesquisa uma lacuna relativa aos marcadores étnico-racial e de orientação sexual. Isso é fundamental, já que se está numa região com histórico de colonização, de escravização das populações negra e indígena, com vivências e culturas diversas. Vale dizer que os modelos de pesquisa europeus não dão conta de responder parte dessa realidade. Outrossim, sabemos que a branquitude europeia ainda é usada como parâmetro para a construção das políticas e programas de enfrentamento à violência, contrariando os dados, segundo os quais essa violência é maior contra mulheres negras. É necessário, portanto, que esse parâmetro seja repensado, a fim de se incluir a realidade de negras, indígenas e mulheres refugiadas e migrantes.

Outra evidência são as desigualdades advindas da atual conjuntura de crises política e econômica que se intensificaram com a pandemia, tornando a região da América Latina ainda

mais pobre<sup>21</sup>, segundo o relatório da Comissão Econômica para América e Caribe (CEPAL). Em Roraima, segundo os depoimentos coletados, as famílias venezuelanas não-abrigadas ficaram consideravelmente desassistidas pelo Estado, sobretudo no período da suspensão ao auxílio emergencial e da ausência de incentivos locais para essa população.

Vimos também que a sociedade civil organizada cumpre um papel fundamental na atuação junto às refugiadas e migrantes, mas ainda segue com inúmeras lacunas, principalmente as de infraestrutura. Para melhor viabilização desses trabalhos e uma consequente redução dos impactos negativos presentes no contexto migratório, é necessário, para além das organizações aqui pesquisadas, a ampliação de ações e programas para a igualdade de gênero. Para tanto, as organizações precisam estar sensibilizadas em relação à referida desigualdade, a fim de que não a reproduzam em seu dia a dia, fazendo persistir uma cultura do privilégio.

O estudo demonstrou que não há dúvidas de que para se alcançar a igualdade de gênero, tanto a sociedade quanto o Poder Público precisam buscá-la com comprometimento, o que não deve ser encarado como uma cota maior a favor das mulheres, mas como um paradigma de inclusão e de igual participação em todas as dimensões da vida, que vai dos espaços de poder até as decisões na vida familiar. Que seja um modelo que perpassa pela igualdade na divisão sexual do trabalho, afinal, a democratização das relações de poder exige que as cargas de trabalho produtivo e reprodutivo sejam compartilhadas, para que o uso do tempo seja equânime entre homens e mulheres e gere oportunidade para ambos.

Como ilustração das dificuldades encontradas pelas mulheres venezuelanas em suas travessias e acolhimento, destacou-se a história de vida da Ester, que é um pedaço da dura realidade enfrentada por cada uma em busca de uma vida digna.



---

21 Segundo relatório Panorama Social da América Latina, da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), de 2020, "A pobreza e a pobreza extrema aumentaram 0,7 e 0,9 pontos percentuais, respectivamente, e houve um aumento das disparidades entre homens e mulheres. No entanto, as tendências e os níveis de pobreza e pobreza extrema variam muito de um país para outro. Em relação à desigualdade de renda, a taxa de redução do índice de Gini caiu consideravelmente entre 2014 e 2019, para 0,5% ao ano" (tradução livre), pag. 51.

# HISTÓRIA DE VIDA DA ESTER

Os três reis magos e seus presentes, os animais e a estrela-guia: todos os anos, quando o natal se aproxima, os presépios são montados para representar a história contada pelos cristãos sobre o nascimento de Jesus e a dura saga de uma família migrante. Ester é uma mulher muito religiosa e diz que o natal de 2020 nunca abandonará sua memória. No dia 21 de dezembro ela deixou a cidade de Barcelona, no caribe venezuelano, para tomar o caminho cheio de percalços que a levaria até Boa Vista, onde chegou a tempo de celebrar o ano novo com o esposo. A pandemia do Covid-19 fechou as fronteiras entre Brasil e Venezuela, forçando milhares de migrantes a se arriscarem pelas rotas clandestinas conhecidas como trochas. Acompanhada de seus filhos Miguel e Maria, de 6 e 8 anos, Ester se juntou a um grupo de migrantes para atravessar as *trochas* em um percurso de 10 dias. Lembra que passou o natal caminhando na beira de uma estrada, que o caminho foi duro e sentiu medo, mas que a esperança de chegar a salvo com as crianças ao destino a movia.

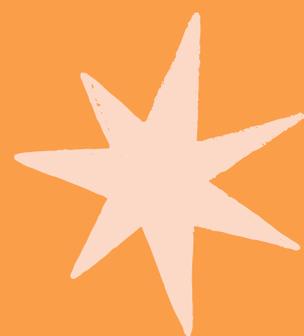
Ester tem 26 anos e, na Venezuela, o confronto com um superior a afastou do serviço militar. Passou a trabalhar então como auxiliar em um restaurante. Quando veio a pandemia, o restaurante fechou as portas e Ester ficou sem emprego novamente. O marido havia migrado para o Brasil um ano antes e Ester, sentindo-se imobilizada pelo desemprego e pela crise, decidiu que era hora de partir ao seu encontro, mesmo com a fronteira fechada. No trajeto de Barcelona a Boa Vista conseguiu algumas caronas, mas a maior parte do caminho foi feita a pé, enfrentando as intempéries da chuva e do sol forte. A primeira trocha que enfrentou foi a que liga a cidade de Santa Helena, na Venezuela, a fronteira Pacaraima, em Roraima. Ester conta que neste percurso foi auxiliada por uma indígena, que acompanhou o grupo na travessia de suas terras. A segunda *trocha*, que liga Pacaraima a Boa Vista, foi mais dura. Maria tem uma deficiência em uma das pernas e sofreu algumas quedas durante o percurso.

As *trochas* são marcadas por travessias no meio da selva, trechos montanhosos e muitas caminhadas por sinuosos acostamentos de estradas. Há pessoas, conhecidas como trecheiros, que cobram uma taxa de aproximadamente R\$ 300,00 (Reais) por pessoa para acompanhar os grupos nessas travessias. Ester conta que, entre os homens, mulheres e crianças que se arriscam por esses caminhos, são recorrentes os relatos de extorsão, assalto, violência sexual e ataque de animais selvagens. Apesar do medo e da exaustão que marcaram sua caminhada, Ester diz que se sentiu abençoada por chegar bem a Boa Vista. No abrigo onde vive hoje, conta que ouviu relatos terríveis de mulheres que foram violadas em frente aos seus filhos e gestantes que deram à luz em meio às *trochas*. No caso de seu grupo, a alimentação e a água durante o trajeto foram fornecidas por pessoas que encon-

travam pelo caminho e que se solidarizavam com os caminhantes. Para dormir, o grupo se revezava na vigília ao relento. Já em solo brasileiro, Ester conta que uma igreja abriu as portas para que seu grupo tivesse uma noite de descanso acomodada por colchões e protegida por um teto. Ela e seus filhos banhavam-se nos rios e poças que se apresentavam no caminho e, na ausência destes, o que restava era a chuva.

Ester, Maria e Gabriel chegaram a Boa Vista no dia 30 de dezembro de 2020. Ester lembra que o encontro com o esposo e pai de seus filhos foi emocionante e que se sentiu agradecida por cada passo dado. No dia 2 de janeiro de 2021 a família, agora reunida, conseguiu uma vaga em um abrigo onde aguardam a oportunidade para regularizar sua documentação migratória. Os migrantes e refugiados venezuelanos que chegaram ao Brasil após a pandemia têm enfrentado dificuldades para tirar seus documentos, o que impõem severas barreiras no acesso a direitos básicos. Ester relata que está buscando se adaptar à vida no abrigo. As tendas fornecidas são quentes e nas noites roraimenses mais abafadas ela prefere dormir do lado de fora. Maria enfrenta alguns problemas neurológicos e hoje aguarda por uma consulta para ter acesso a medicação que necessita. Ester diz que às vezes fica agitada e passa o dia percorrendo cada metro quadrado do abrigo.

Diante da pergunta sobre seus planos para o futuro, Ester responde que o que mais quer é conseguir um trabalho, seja em Boa Vista ou pela via da interiorização, para garantir um futuro melhor para seus filhos. Pensa em aprender português e dar continuidade a seus estudos. Ela terminou o ensino médio na Venezuela e gostaria de começar no Brasil uma carreira na área da educação infantil. Recentemente se voluntariou para participar do trabalho educativo que o UNICEF e o Instituto Pirilampo promovem junto às crianças do abrigo. Ester conta que sente muita saudade da família que ficou na Venezuela, do amor e apoio incondicional que seus pais sempre lhe deram e do carinho com que tratavam Maria e Gabriel. Apesar de tantas dificuldades, ela diz que tem fé e que, se Deus quiser, ela há de realizar suas metas. Quando conversamos, era véspera do aniversário de 9 anos de Maria. No dia seguinte, Ester nos enviou uma foto de sua família ao redor de uma mesa com o bolo que ela preparou no abrigo. Ao fundo da foto, no lugar de uma estrela-guia, a tenda onde dormem se enfeitava de balões coloridos.



# APRESENTAÇÃO INESC E NUMUR

## Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC

O Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC é uma organização não governamental, sem finalidade lucrativa, não partidária com sede em Brasília. Atua politicamente há 40 anos junto as OSCs e movimentos sociais para que tenham voz nos espaços nacionais e internacionais de discussão de políticas públicas e direitos humanos, sempre com foco no orçamento público, pois parte do pressuposto de que, para que se promova e se fortaleça a cidadania, garantindo-se os direitos a todos cidadãos e cidadãs, é fundamental entender e interpretar esse orçamento. Assim, o INESC atua como facilitador no sentido de simplificar a compreensão do orçamento público pela população, seja preparando jovens e adultos, seja preparando movimentos sociais com vistas ao entendimento do relevante papel desse instrumento de distribuição da verba pública para, a partir daí, ter elementos para fiscalizar e cobrar do Poder Público direitos fundamentais. O INESC também produz e divulga informações e análises para enriquecer o debate público, promovendo ainda campanhas de sensibilização e engajamento. Por fim, atua junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na defesa da democracia e dos direitos humanos. Isso porque, sua missão é “contribuir para o aprimoramento dos processos democráticos visando à garantia dos direitos humanos, mediante o diálogo com o cidadão e a cidadã, a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional e a consciência da sociedade por meio da produção de conteúdos em várias áreas temáticas: criança/adolescentes, Direitos Humanos, Orçamentos, Migrantes, Sustentabilidade, entre outras.

## Núcleo de Mulheres de Roraima - NUMUR

O Núcleo de Mulheres de Roraima - NUMUR é um coletivo feminista, autônomo, não-partidário, composto por mulheres que atuam na defesa dos direitos humanos das mulheres no estado de Roraima e tem como compromisso político uma atuação antirracista, anticapitalista e antipatriarcal. O grupo foi fundado no encontro estadual de mulheres de Roraima, no dia 08 de março de 1998, contando com a participação de mulheres negras, indígenas, sindicalistas, acadêmicas, jovens, trabalhadoras urbanas e rurais, de partidos e missionárias. É um agrupamento vinculado à Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), organização Nacional que, de forma autônoma, luta pelo fim da desigualdade entre homens e mulheres. Tem como finalidade organizar todas as mulheres no estado, ao possibilitar a construção do feminismo popular, para que todas sejam livres e exerçam sua autonomia física, econômica e política. Objetivos:

- Promover articulações com os grupos de mulheres rurais, indígenas, migrantes e refugiadas e trabalhadoras da cidade; gestão financeira, marketing, uso de marcas nos produtos, estratégias de vendas, mediação de conflitos, informática, cooperativismo.
- Desenvolver atividades sobre os direitos e participação política das mulheres;
- Defender a liberdade afetiva e sexual de todas as pessoas;
- Realizar ações de enfrentamento à violência contra a mulher;
- Lutar pela superação da divisão sexual do trabalho;
- Lutar pela proteção social de todas as mulheres;
- Fazer pesquisa sobre a situação das mulheres em Roraima em sua diversidade (indígenas, negras, migrantes e refugiadas);
- Organizar grupos de estudos temáticos;
- Fazer formação política e feminista.

O NUMUR construiu um modo feminista de organização política próprio, baseado nos princípios feministas de horizontalidade, de tomada de decisões por meio de consensos fortes, valendo-se do debate e da reflexão democrática internos.

É um coletivo auto-organizado, que atua como sujeito político coletivo contra a dominação, a opressão e a exploração das mulheres com vista à transformação social do mundo. E, age como sujeito político individual rumo à transformação de nós mesmas. Assim, fortalecemos as mulheres e nossos vários feminismos, a partir das experiências trazidas na história de lutas das mulheres.

Tem como base de sustentação política os princípios feministas de unidade na diversidade, valendo-se de perspectivas teóricas que orientam sua prática política; do exercício permanente do diálogo e livre adesão, de forma que toda ação do NUMUR se orienta no fortalecimento do movimento de mulheres e do movimento feminista em Roraima, no Brasil e no mundo.





IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2021. Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua Anual 2019 – PNADCA, 2020. Acessado em abril de 2021. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). 2020. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. TD 2528. Brasília.

Ministério da Cidadania. 2021. Painel Interiorização. Acessado em maio de 2021. <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/>.

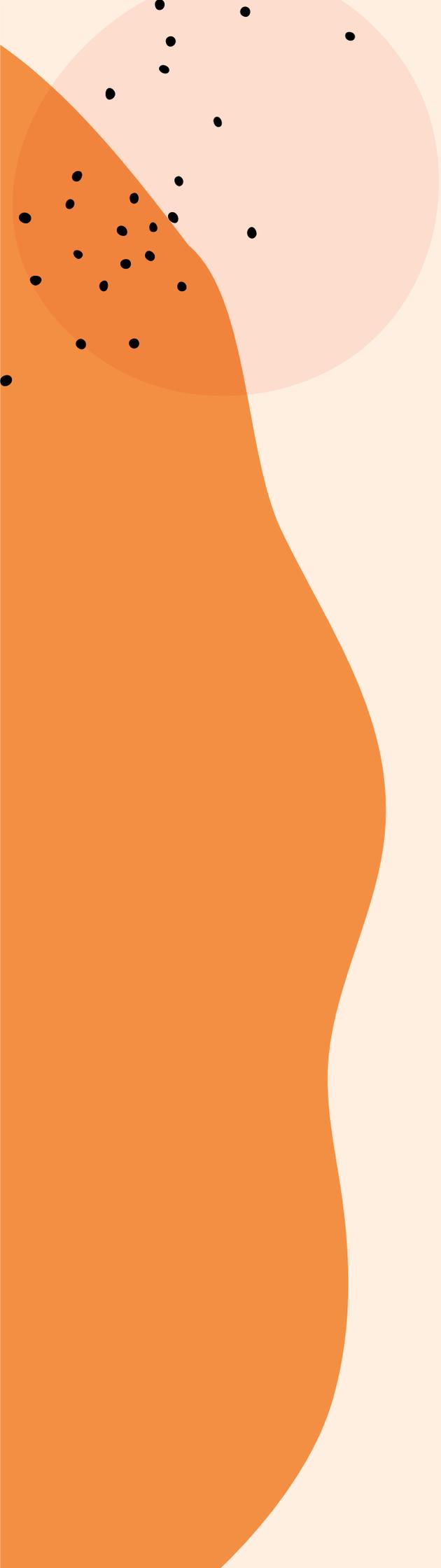
Projeto Colabora. 2020. Na pandemia, três mulheres foram vítimas de feminicídio por dia. Acessado em maio de 2021. <https://projetocolabora.com.br/ods5/na-pandemia-tres-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-por-dia/>

Silva, G. J.; Cavalcanti, L, Oliveira, T. e Macedo, M. 2020. Refúgio em Números. Observatório das Migrações Internacionais. 5ª Ed. Brasília: MJSP/Comitê Nacional para os Refugiados.

United Nations New York, 2020. International Migration 2020 Highlights. Acessado em 07 de abril de 2021. [https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/undesd\\_pd\\_2020\\_international\\_migration\\_highlights.pdf](https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/undesd_pd_2020_international_migration_highlights.pdf)

Waiselfisz, J. J.. 2015. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Acessado em 02 de abril de 2021. [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres)





# **BOAS PRÁTICAS E LIÇÕES APRENDIDAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO NA RESPOSTA HUMANITÁRIA AO FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELA/BRASIL**

## **Créditos**

### **Elaboração e sistematização:**

Andrea Vasconcelos  
Coordenadora Local

### **Pesquisa:**

Andrea Vasconcelos  
Coordenadora Local

Elisa Rosas Mendes  
Consultora em educação popular

Cleo Manhas  
Assessora Política - Inesc

Leila Saraiva  
Assessora Política - Inesc

### **Revisão final:**

Andrea Vasconcelos  
Coordenadora Local

Cleo Manhas  
Assessora Política - Inesc

Erika Hurtado Gonzalez  
Consultoria Nacional em Mobilização para o Empoderamento  
de Mulheres Refugiadas e Migrantes – ONU Mulheres

Flávia Moura Rocha Parente Muniz  
Gerente de Projetos em Ação Humanitária – ONU Mulheres

Leila Saraiva  
Assessora Política - Inesc

Tamara Jurberg  
Gerente de Projetos em Ação Humanitária – ONU Mulheres



**Revisão política:**

**Representantes da sociedade civil:**

Maria Aparecida Silva de Sousa  
Numur

Nelita Frank  
Numur

**Projeto gráfico:**

Sofia Ruiz Zapata

**Diagramação:**

Arthur Menezes

**Realização:**

Instituto de Estudos Sócioeconômicos  
Inesc

**Apoio:**

Programa Conjunto LEAP - Liderança,  
Empoderamento, Acesso e Proteção  
para mulheres migrantes,  
solicitantes de refúgio e refugiadas no  
Brasil

Governo do Grão Ducado de  
Luxemburgo

ACNUR

UNFPA

ONU Mulheres

**Realização:**



**Parceria:**



**Apoio:**

Programa Conjunto LEAP - Liderança, Empoderamento, Acesso e Proteção para mulheres migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas no Brasil

